

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)  
CÂMPUS CORA CORALINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E  
INTERCULTURALIDADE (POSLLI)**

ÂNGELA MARIA ÁLVARES LAPIDUS

**CAYAPÓS, CAMINHANTES DA HISTÓRIA E DA FICÇÃO EM *GUERRA NO  
CORAÇÃO DO CERRADO*, DE MARIA JOSÉ SILVEIRA**

GOIÁS/GO  
2020

ÂNGELA MARIA ÁLVARES LAPIDUS

**CAYAPÓS, CAMINHANTES DA HISTÓRIA E DA FICÇÃO EM GUERRA NO  
CORAÇÃO DO CERRADO, DE MARIA JOSÉ SILVEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI).

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves.

GOIÁS/GO  
2020

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina  
Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

L313c LAPIDUS, Ângela Maria Álvares.

Cayapós, caminhantes da história e da ficção em  
*Guerra no coração do Cerrado*, de Maria José Silveira  
[manuscrito] 2020.

88f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Jr. de Assis F. Gonçalves

Dissertação (Mestrado, em Língua, Literatura e  
Interculturalidade) – Campus Cora Coralina, Universidade  
Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, 2020.

1. Literatura. 1.1. Romance Histórico. 2. Cerrado. 2.1  
Povos indígenas. 3. Maria José Silveira. I. Título. II.  
Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 82-31:572.9(817.3)

CDU: 82-31:572.9(817.3)

**CAYAPÓS, CAMINHANTES DA HISTÓRIA E DA FICÇÃO EM GUERRA NO  
CORAÇÃO DO CERRADO, DE MARIA JOSÉ SILVEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade (POSLLI) da Universidade Estadual de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Língua, Literatura e Interculturalidade, aprovada em 04 de agosto de 2020, pela Banca Examinadora constituída dos seguintes professores:

---

1) Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves  
Universidade Estadual de Goiás  
(Presidente)

---

2) Profa. Dra. Nismária Alves David  
Universidade Estadual de Goiás  
(Membro Interno)

---

3) Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro – UFG  
Universidade Federal de Goiás  
(Membro Externo)

**Para meus pais Arilda e Alfredo (*in memoriam*) que cumpriram a nobre tarefa de amar e educar seus filhos. Para meus filhos Gustavo, Guilherme e Rosanna, que me ensinaram a amar.**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por nossas vidas.

Ao Prof. Dr. Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves, pela orientação, paciência, generosidade, sugestões bibliográficas e pela disponibilidade sempre acolhedora.

À Profa. Dra. Nismária Alves David, que me encantou com seu jeito de ensinar e pela aceitação do convite de participação na banca e pela disponibilidade na avaliação deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro, por ter aceitado tão prontamente o convite de participação na banca e pela avaliação deste trabalho.

À Profa. Dra. Lorraine Gomes da Silva, pelas aulas incríveis que me incentivaram a pensar em outras possibilidades de ensinar, pela doação gratuita de seu tempo para contribuir com a construção do meu saber.

À Profa. Dra. Márcia Maria de Melo Araújo, sempre amorosa no seu jeito de ensinar, por ter aceitado participar deste momento tão importante da minha formação acadêmica.

Ao Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto, pela costumeira cordialidade e as excelentes aulas.

Minha sincera gratidão a Deus e a vocês!

## RESUMO

LAPIDUS, Ângela Maria Álvares. *Cayapós, caminhantes da história e da ficção em Guerra no coração do Cerrado, de Maria José Silveira*. 2020. 88f. Dissertação (Mestrado, em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Campus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, 2020.

Este estudo objetiva realizar uma análise do romance *Guerra no coração do Cerrado* (2006), da escritora Maria José Silveira. As três partes que compõem a narrativa e seus respectivos capítulos anunciam a trajetória de vida da índia Cayapó Damiana da Cunha, entre 1779 e 1831, na então Capitania de Goiás, hoje estado da federação. Este período referido na narrativa coincide com a real situação do Brasil Colônia, com a imposição de políticas luso-brasileiras destinadas aos povos originários e com a sangrenta guerra entre indígenas e não indígenas que já havia se instalado no Brasil Central. O prólogo faz referência à mitificação da índia Damiana como heroína dos combatentes e à guerra que se travou entre indígenas e não indígenas, ocasionando o extermínio de diferentes grupos de pessoas de várias etnias. O epílogo apresenta informações da historiografia oficial sobre Damiana da Cunha, incluindo a data de sua morte em 1831, aos 56 anos de idade. Nesta parte, estão incluídas a prisão e a morte de seu irmão Manoel da Cunha em Vila Boa de Goiás, hoje Cidade de Goiás, no estado de Goiás e as frustradas reivindicações de pagamento feitas por Manuel Pereira da Cruz (viúvo de Damiana) pelos serviços prestados às expedições em que acompanhou a esposa. A narrativa apresenta a protagonista, a índia Cayapó, que intencional e astutamente, convive com dois povos inimigos entre si, testemunhando parte da guerra secular entre eles. Sentimentos como medo, ódio, vingança e ganância pelo poder estão presentes na tessitura da trama e das personagens. O final do romance permite uma reflexão crítica das representações simbólicas trazidas pelo enredo e uma releitura da guerra no “coração do Cerrado”. Assim, a análise do romance é uma tentativa de problematizar temas como a colonização no sertão goiano, a dizimação do povo Cayapó e a cobiça antiga e persistente de diferentes sujeitos pelo Cerrado. A historicidade que abarca o romance, tanto relativa aos temas quanto às personagens, é pensada no campo da Literatura, na perspectiva do romance histórico.

**Palavras-chave:** Cerrado. Maria José Silveira. Povos indígenas. Romance Histórico.

## **ABSTRACT**

This study aims to accomplish an analysis of the novel *Guerra no Coração do Cerrado* (2006), written by Maria José Silveira. The three parts compose the narrative and their respective chapters guide the Cayapó indigenous's life trajectory Damiana da Cunha, between 1779 and 1831, in Goiás Captaincy, now a federal state. This period referred to in the narrative coincides with the actual situation of Colonial Brazil, with the imposition of Luso-Brazilian policies aimed at indigenous peoples and with the bloody war between indigenous and non-indigenous people that had already been settled themselves in Central Brazil. The prologue refers to the Damiana's mythification as a heroine of the combatants and to the waged war between indigenous and non-indigenous people, causing the extermination of different people groups of various ethnicities. The epilogue presents official historiography information about Damiana da Cunha, including her death's date in 1831, at 56. This part includes her brother Manoel da Cunha's arrest and death, in Vila Boa de Goiás, now Cidade de Goiás, in Goiás state and the frustrated payment claims made by Manuel Pereira da Cruz (Damiana's widower) for the services provided to the expeditions in which he accompanied his wife. The narrative presents the protagonist, the woman indigenous Cayapó, who intentional and smartly coexists with two enemy peoples among themselves, witnessing part of the secular war between them. Feelings like fear, hatred, revenge and greed for power are present in the plot and characters' structure. The end of the novel allows a critical reflection of the symbolic representations brought by the plot and the war reinterpretation in the "heart of the Cerrado". Thus, the romance analysis is an attempt to problematize themes such as colonization in Goiás hinterlands, the Cayapó people decimation and the ancient and persistent greed of different men coveting the Cerrado. The historicity that encompasses the novel, both regarding themes and characters, is thought in the Literature field, under the historical novel perspective.

**Keywords:** Cerrado. Maria José Silveira. Indigenous people. Historical novel.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>1. POVO CAYAPÓ / PANARÁ: caminhantes do Cerrado, da história e da literatura</b> .....	<b>15</b>
1.1 Caminhantes da história e da literatura .....	16
1.2 Caminhantes do Cerrado .....	<b>27</b>
<b>2. O ROMANCE HISTÓRICO E A HISTÓRIA ROMANCEADA</b> .....	<b>39</b>
2.1 Caminhos do romance histórico .....	40
2.2 A história romanceada .....	46
<b>3. POVOS INDÍGENAS, PERSONAGENS OU PROTAGONISTAS DO FAZER LITERÁRIO?</b> .....	<b>56</b>
3.1 Povos indígenas: a tensão da palavra .....	58
3.2 Damiana da Cunha .....	64
3.3 (Des) Encontros entre história e ficção .....	71
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>83</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Biomas brasileiros .....	29
<b>Mapa 2</b> – Terras Indígenas em Goiás .....	36

## INTRODUÇÃO

Cada lado de uma guerra tem seu herói. Estranho é quando os dois lados têm o mesmo herói. Quando isso ocorre, alguma coisa está errada ou fora do lugar. A guerra que aconteceu no centro do coração deste país não foi pequena nem curta: durou séculos e exterminou várias nações indígenas. No caso de Damiana – mitificada pelo lado do branco colonizador e respeitada e amada pelo lado indígena -, o que estava fora do lugar? (*Prólogo*. Maria José Silveira).

O romance histórico *Guerra no coração do Cerrado*, objeto de análise deste estudo, foi escrito por Maria José Silveira e publicado em 2006. A narrativa apresenta uma abordagem atenciosa e abrangente sobre a guerra entre indígenas e não indígenas<sup>1</sup> durante o processo de colonização do estado de Goiás. Neste sentido, a história e a ficção se mesclam, recontam um fato, tornando possível depreender dessa junção novos enfoques e interpretações. Ressalta-se que, para a escritura do romance, a autora realizou uma importante pesquisa histórica e antropológica e a partir destes dados romanceou um fato real e representou personalidades históricas por personagens ficcionais.

O “coração do Cerrado”, espaço em que a trama é enredada, é uma alusão ao Cerrado goiano, território de disputa, entre colonizadores e os vários povos originários que nele habitavam no final do Século XVIII e início do século XIX. O povo Cayapó<sup>2</sup> é um desses povos, em torno do qual a narrativa fabular se desenvolve. Com efeito, a ambientação do romance faz do Cerrado o espaço dilatado

---

<sup>1</sup> A opção terminológica por ‘indígena’ e não ‘índio’ justifica-se nos argumentos apresentados por Munduruku (2019, p.1): “Do meu ponto de vista, a palavra índio perdeu o seu sentido. É uma palavra que só desqualifica, remonta a preconceitos. É uma palavra genérica. Esse generalismo esconde toda a diversidade, riqueza, humanidade dos povos indígenas. Quando a gente usa a palavra índio, estamos nos reportando a duas ideias. Uma é a ideia romântica, folclórica. A segunda ideia é ideologizada. A palavra índio está quase sempre ligada à preguiça, selvageria, atraso tecnológico, a uma visão de que o índio tem muita terra e não sabe o que fazer com ela. A ideia de que o índio acabou virando um empecilho para o desenvolvimento brasileiro. Uma palavra muda tudo? Sim, uma palavra muda muito. As pessoas ainda pensam que índio e indígena é a mesma coisa. Não é. A palavra indígena diz muito mais a nosso respeito do que a palavra índio. A palavra índio gera uma imagem distorcida. Já indígena quer dizer originário, aquele que está ali antes dos outros”.

<sup>2</sup> A autora do romance explica que a grafia Cayapó era usada na época em que a história ocorreu e, por isso, manteve a grafia daquele tempo histórico (final do século XVIII-início do XIX). Hoje (2020) se utiliza Kayapó do Sul para referir-se àquela etnia específica. Esclarece também que Cayapó era o nome dado pelos brancos aos indígenas Panará.

dos conflitos entre visões de mundo, línguas, usos e apropriações das terras entre os habitantes originários desse território e os invasores europeus e seus descendentes.

O romance é protagonizado por Damiana da Cunha, indígena Cayapó, que foi educada pelo então governador da província de Goiás, Dom Luiz da Cunha Menezes. Ela era neta de um dos principais caciques chamado Angraíocha. Ainda criança e com seus parentes chegaram à Vila Boa por volta de 1781. Vieram a convite de Dom Luiz, que tinha o objetivo de “pacificar” os índios Cayapós, temidos por toda região.

Batizar as crianças indígenas nos preceitos da religião católica era uma forma de negar a identidade dos indígenas e também uma condição para que estes se aproximassem da cultura colonial<sup>3</sup>. Desta forma, Damiana e seu irmão Manoel foram batizados e apadrinhados pelo governador, Dom Luiz da Cunha Menezes, recebendo dele o sobrenome, Cunha. A menina permaneceu na casa do governador até a saída de Dom Luiz da capitania de Goiás<sup>4</sup> em 1783.

Embora o tempo de convivência tenha sido breve, deve ter sido o suficiente para que a pequena índia Cayapó aprendesse a língua e a dinâmica de funcionamento do mundo dos não indígenas. Historicamente, Damiana é referenciada como hábil falante da língua portuguesa e dedicada cristã. Durante aproximadamente cinquenta anos, fez o papel de mediadora dos conflitos entre os povos indígenas e não indígenas, justamente por ter dominado seus códigos culturais e cultivado o respeito e a confiança de ambos os povos.

O instigante enredo do romance fez emergir o seguinte questionamento: é possível, por meio de um romance, repleto de ficção, apreender elementos que favoreçam a compreensão de uma realidade histórica? Ao longo da análise do romance, fomos estabelecendo com a narrativa uma interação dialógica que nos

---

<sup>3</sup> Segundo Ataídes (1998), o batismo para os indígenas não tinha o significado iniciatório que tem para os cristãos e sim uma condição mínima para ser aceitos na sociedade dos não indígenas. ATAÍDES, Jézus Marco de. Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central. Goiânia: Ed. UCG, 1998.

<sup>4</sup> “Até 1822, antes da Independência do Brasil, utiliza-se o termo Capitania. De 1822 a 1889, até a Proclamação da República, utiliza-se o termo Província. A partir de 1889 utiliza-se a nomenclatura Estado para designar Goiás. Em alguns casos, a viagem ou expedição dos autores mencionados nesta pesquisa foi realizada durante um determinado período histórico, sendo que os relatos foram publicados dentro do período histórico subsequente, motivo pelo qual podem ser encontradas, na mesma obra, menções a mais de uma nomenclatura” (TEIXEIRA, 2013, p.105).

permitiu problematizar o confronto entre indígenas e não indígenas no Planalto Central do Brasil, onde se localiza o estado de Goiás.

As descrições ricas em detalhes contidas no romance *Guerra no coração do Cerrado* (2006) apontam pelo olhar das personagens, a devastação dos territórios indígenas no sertão goiano, a prática e declínio da mineração e o avanço da pecuária, como prenúncio das atividades capitalistas naqueles territórios. Logo, os personagens e as tramas urdidas no livro dizem também da formação econômica, social e cultural de Goiás. Fato esse que revela a aproximação entre literatura e história ou, mais do que isso, a literatura como fonte de interpretação dos territórios, das paisagens e da diversidade cultural goiana.

Estas alusões não somente corroboraram com a escolha dos temas das análises apresentadas nesta dissertação, mas promovem uma reflexão sobre a história de Goiás e a formação de sua sociedade enquanto “reprodutora, ainda, do modelo colonizador”. Reprodutora, pois elementos como a devassa de terras, concentração fundiária, modelo econômico primário-exportador, desigualdade social, expropriação e violência contra povos indígenas, camponeses e quilombolas não desapareceram da realidade do território goiano contemporâneo.

Por consequência, a leitura e a interpretação do romance *Guerra no coração do Cerrado* contribuem com o desvelamento dessa formação territorial violenta, ainda pouco explicitada na história oficial ou hegemônica. Portanto, o romance e a interpretação dele erigem contra o silenciamento dos povos indígenas e da violência de que foram vítimas.

Sendo assim, as análises expostas na dissertação dialogam com a historiografia, mas não se encerra a ela, tornando o romance uma fonte primorosa para ler a formação de Goiás. No campo da historiografia, Damiana tem geralmente o lugar de heroína por ter colaborado com os objetivos da Coroa portuguesa em relação à captura e o convencimento de diferentes grupos indígenas para adesão ao aldeamento. Já no vasto campo imaginário da ficção, a personagem Damiana, do romance de Silveira, apesar dos componentes históricos situados no espaço em que viveu, apresenta elementos universais no campo dos dramas humanos, relações de poder e covardia com os povos oprimidos. Elementos esses, portanto, que suplantam o tempo e o espaço em que a narrativa e as personagens foram ambientados.

Depreende-se do estudo do romance que as decisões e intervenções políticas da personagem Damiana como mediadora e líder foram tomadas na tentativa de salvar seu povo do poder de extermínio perpetrado pelos invasores de seus territórios. Embora a situação de aldeamento fosse injusta e provocasse a sujeição e o enfraquecimento cultural de seu povo, naquele momento era o que ela acreditava ser o melhor. Como disse Siqueira Julio (2015, p.2) em sua pesquisa, Damiana foi “uma índia entre a ‘sombra da cruz’ e os caiapós do sertão”.

No contexto ficcional e pela criatividade da autora, a personagem Damiana pode ser interpretada como metáfora do domínio colonial sobre o povo indígena e a impossibilidade de convivência entre os dois povos. As diferentes visões de mundo, as línguas, as relações com o Cerrado, as fugas, as doenças, os hábitos de moradia, as contradições entre os indígenas e não indígenas revelam essa incompatibilidade conflituosa.

Pelas ações da protagonista é possível perceber sua esperança de paz e temor aos conflitos agudos, resultando no extermínio de seu povo. Percebe-se também o desejo de proteção ao seu povo e ao seu território. O narrador aponta a tristeza de Damiana em constatar que a guerra do presente é antiga como a sua infância, ou seja, sempre existiu e continua igual: “lembranças remotas da infância, ou de ataques que lhe foram contados, chegam como manadas destrambelhadas em seus pensamentos” (SILVEIRA, 2006, p. 240). As repetidas violências já conhecidas e o sofrimento de seus “irmãos” a fizeram abandonar a crença da convivência pacífica entre os dois povos.

O final do romance sugere que, diante dos horrores da infundável guerra, a protagonista decide afastar-se dos não indígenas para viver no sertão, seu lugar, junto aos que sobraram dos seus.

A análise do romance *Guerra no coração do Cerrado* (2006) pretende discutir temas como a colonização no sertão goiano, atual “território-Cerrado goiano” e a história do povo Cayapó na perspectiva do romance histórico. Desta forma, privilegiamos os temas indígenas e ambientais que, no contexto fabular, estão estritamente ligados ao processo de invasão colonial do Cerrado goiano. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas abordadas em forma impressa e digital de livros, dissertações e teses.

Do ponto de vista metodológico, as análises contaram ainda com a perspectiva “literogeográfica” (GONÇALVES, 2019), que sublinha a aproximação

entre literatura e espaço geográfico, constituído por paisagens, sujeitos e vivências enredadas na existência concreta e simbólica. Contaram ainda com fontes historiográficas para a compreensão da formação social de Goiás.

Neste sentido, buscamos a contribuição do historiador e antropólogo Odair Giraldin, (1997, p. 31) que apresenta uma ampla e profunda discussão sobre o povo Cayapó/Panará, nos aspectos culturais e também sua resistência ao domínio dos europeus em seus territórios localizados no “Sul de Goiás, Triângulo Mineiro, Leste de Mato Grosso e Norte de São Paulo”. De acordo com o pesquisador, este povo foi duramente atacado a partir do século XVIII e XIX, tendo como desfecho a longa e violenta guerra que levou a dizimação desse grupo<sup>5</sup>.

No mesmo campo, encontramos os trabalhos de Jésus Marco de Ataíde (1998). Suas pesquisas sobre o passado colonial de Goiás e os contatos interétnicos destacam a violação da identidade cultural de um povo realizada pelo despotismo, pela força, incluindo a guerra, os assassinatos ou, em forma ideológica, atingindo a religião e a educação. As duas formas atingiram os aldeamentos. Ataídes (1998) discute a política colonizadora de Portugal para o Brasil, a tendenciosa política indigenista e a resistência dos indígenas à ocupação de seus territórios.

Buscamos também entendimento nas narrativas do viajante naturalista francês Saint-Hilaire (1975) que esteve em Goiás em 1819 e conheceu pessoalmente Damiana da Cunha. O discurso e a autoridade de Damiana o impressionaram a ponto de escrever sobre ela e suas palavras em seus relatos.

Alfredo Bosi (1992) apresenta o conceito de cultura e as características do processo colonial no Brasil e sua abrangência violenta. Diz Bosi (1992, p.22): “a barbarização ecológica e populacional acompanhou as marchas colonizadoras entre nós, tanto na zona canavieira quanto no sertão bandeirante; daí as queimadas, a morte ou a preação dos nativos”. Essas marcas estão no passado colonial de Goiás e são exemplificadas na violência contra os cayapós.

As reflexões sobre o gênero literário romance histórico são evidenciadas pelas contribuições de Gyorgy Lukács (2011) e Antônio Roberto Esteves (2010).

---

<sup>5</sup> Em 1910, a Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo, formada pelo governo daquele estado para explorar o Rio Grande e seus afluentes, ao chegar à altura da divisa entre São Paulo e Triângulo Mineiro encontrou, próximo à cachoeira Água Vermelha, à Margem daquele rio, um pequeno grupo de índios conhecidos como Cayapó. Tratava-se de um grupo bastante pequeno, com cerca de trinta pessoas, não causando maiores interesses àqueles pesquisadores. Esta informação foi considerada por muito tempo como a última que se teve sobre esse grupo indígena, conhecido também como Kayapó do Sul ou Kayapó Meridionais. (GIRALDIN, 1997, p.29-30).

Nesta análise, discute-se também o Cerrado goiano, “o maior bioma brasileiro depois da Amazônia e concentra nada menos que 1/3 da biodiversidade nacional e 5% da flora e da fauna mundiais” (CHAVES, 2008, p.348). No contexto do século XXI, de acordo com os trabalhos de Chaveiro (2010) e Gomes (2008), o Cerrado pode ser entendido como um território ameaçado por diversos fins econômicos e pelas disputas de grandes empreendedores.

A apresentação desta análise está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, pretende-se evidenciar os elementos apreendidos do romance em relação à história do povo Cayapó/Panará e a liderança de Damiana da Cunha. Aborda-se também a resistência deste grupo ao avanço da colonização portuguesa em seus territórios, os aspectos peculiares da cultura e de suas ações guerreiras.

No segundo capítulo, procura-se delinear a trajetória da literatura e do romance histórico brasileiro. Concomitantemente, tenta-se identificar por meio das representações, a presença de elementos históricos no romance *Guerra no coração do Cerrado* (2006). Desta forma, os fatos como a violência da colonização no Cerrado goiano e a guerra entre indígenas e não indígenas serão problematizados ao longo da análise.

No terceiro capítulo, aborda-se a relação entre a literatura produzida por indígenas – os próprios indígenas como protagonistas do fazer literário – e a literatura produzida por não indígenas, mas que apresenta os indígenas como protagonistas das narrativas. No primeiro momento do capítulo, discutem-se os escritores indígenas e o que se denominou de “a tensão da palavra”. Na segunda parte, apresenta-se uma discussão sobre a personagem central do romance *Guerra no coração do Cerrado*, Damiana da Cunha.

Finalmente, nas considerações finais, retomam-se os principais argumentos e resultados da pesquisa.

## CAPÍTULO 1

### **POVO CAYAPÓ / PANARÁ: caminhantes do Cerrado, da história e da literatura**

O homem branco tem duas bocas. Uma para fora, que diz o que ele quer que o outro escute, e outra para dentro, que diz o que ele quer mesmo dizer. Seu povo havia muito tempo sabia disso. Mas agora seu povo está morrendo. A penúria da grande seca seguida pelas águas do grande dilúvio tinha acabado com a roça, com a caça, com os peixes. Acabou com tudo. Seu povo estava morrendo de fome. Já não tinha a força necessária para enfrentar o homem branco. Precisava descansar de tanta guerra; precisava de trégua para se restabelecer (SILVEIRA, 2006, p. 29).

A epígrafe acima chama atenção para uma metáfora: “o homem branco tem duas bocas”. Essa alegoria diz da relação de desconfiança do velho cacique Cayapó Romexi, personagem do romance de Silveira, com o não indígena. No curso de contínuas guerras, disseminação de doenças, destruição de aldeias, mortes e fugas, os Cayapós estavam exaustos de conflitos e das promessas nunca cumpridas de tréguas e paz. A palavra que saía da boca do “homem branco” nem sempre era verdadeira, por isso, era prudente desconfiar, principalmente quando pareciam sinceras e boas. A segunda boca se refere ao que não era dito, mas pensado ou intencionado, como os saques de terras e de florestas, os aprisionamentos e a dizimação do povo Cayapó.

Sabendo disso, o cacique Romexi entendia a pressa e a cortesia do governador de Goiás, Dom Luís da Cunha Meneses, como representações que escondiam seus verdadeiros interesses e a violência tacanha do “homem branco”. Os Cayapós estavam cansados, pois “essa guerra já vinha de tanto tempo que Romexi perdera as contas. Desde o tempo de seus pais. Quando era menino, ele já vivia no meio dela. Odiosa. Cruel. E só piorava” (SILVEIRA, 2006, p.30). Essa narrativa, ao demonstrar a situação de confronto contínuo entre os povos originários de Goiás e o invasor, é como uma crônica dramática do processo colonizador no território brasileiro.

Silveira (2006) romanceou um dos fatos mais intrigantes da história do Brasil: a invasão e apropriação dos territórios indígenas pelos colonizadores europeus. A

narrativa densa e convincente ultrapassa as perspectivas históricas e alcança o terreno das relações humanas representadas por Damiana da Cunha. Na narrativa, a protagonista lida com o desejo de conquista e poder das autoridades nomeadas pela Coroa portuguesa, onde se fazia presente a desconsideração pelo outro, a violência em suas diferentes nuances, ora branda ora bruta, como meio de apropriação do almejado território dos Cayapós.

À vista disso, neste capítulo, pretende-se elencar informações sobre a cultura e a história do grupo indígena Cayapó, presentes no enredo do romance *Guerra no coração do Cerrado* (2006). Para isso, exploramos fontes históricas que documentaram a existência, a cultura e o mundo do Cayapó, assim como os conflitos com os invasores de seus territórios, o que envolve as guerras, os aldeamentos, o genocídio e etnocídio de que esse povo foi vítima. Algo que, neste caso, faz parte do processo de formação econômica e social do Brasil.

### **1.1 Caminhantes da história e da literatura**

A partir do início do século XVI, marco da colonização do Brasil, foi tirado de muitos povos indígenas o direito de viver conforme seus antepassados e suas tradições milenares. Além das políticas de terras sobre domínio, a corte portuguesa utilizava o trabalho escravo e indígena, sujeitos esses invisibilizados como indivíduos de direitos, opiniões e sentimentos. Esse processo, portanto, não foi “descobrimento”, como sugere Paulo Freire (2000) em um das cartas de seu livro *Pedagogia da Indignação*.

Não penso nada sobre o “descobrimento” porque o que houve foi conquista. E sobre a conquista, meu pensamento em definitivo é o da recusa. A presença predatória do colonizador, seu incontido gosto de sobrepor-se, não apenas ao espaço físico, mas ao histórico e cultural dos invadidos, seu mandonismo, seu poder avassalador sobre as terras e as gentes, sua incontida ambição de destruir a identidade cultural dos nacionais, considerados inferiores, quase bichos, nada disto pode ser esquecido quando, distanciados no tempo, correremos o risco de “amaciá-la” a invasão e vê-la como uma espécie de presente “civilizatório” do chamado Velho mundo (FREIRE, 2000, p.34).

Freire (2000) demonstra que o contato dos portugueses com o território brasileiro e os povos originários foi marcado pela violência, negação e recusa do

outro, considerados inferiores, “quase bichos”. Com efeito, a colonização se manifesta na interpretação do autor como processo avassalador de territórios, diversidades identitárias, visões de mundo, línguas e relações dos indígenas com o corpo, com os rios, com a terra e as florestas.

“O enfrentamento dos mundos”, como enfatiza Ribeiro (p.42), sublinha o contato inaugural dos europeus com os povos indígenas do Brasil. Para Ribeiro (1995), no primeiro momento, os indígenas se espantaram com a chegada do europeu, talvez gente de seu deus sol, por isso generosa e benevolente. Contudo, aos poucos, essa visão original se extinguiu e abriu-se para o horror e a violência.

[...] os índios começam a ver a hecatombe que caíra sobre eles. Maíra, seu deus, estaria morto? Como explicar que seu povo predileto sofresse tamanhas provocações? Tão espantosas e terríveis eram elas, que para muitos índios melhora fora morrer do que viver. Mais tarde, com a destruição das bases da vida social indígena, a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativeiro, muitíssimos índios deitavam em suas redes e se deixavam morrer, como só eles têm o poder de fazer. Morriam de tristeza, certos de que todo o futuro possível seria a negação mais horrível do que passado, uma vida indigna de ser vivida por gente verdadeira (RIBEIRO, 1995, p.43).

Não bastassem os corpos tombados pelas doenças, guerras, aprisionamentos e trabalhos forçados, sob os indígenas caíram ainda a pregação missionária. E por intermédio dela, “os índios souberam que era por culpa sua, de sua iniquidade, de seus pecados, que o bom deus do céu caíra sobre eles, como um cão selvagem, ameaçando lançá-los para sempre nos infernos” (RIBEIRO, 1995, p.43). Consequentemente, os disseminadores da fé cristã nos territórios indômitos descobriram que a conquista pelo medo era um método eficaz, conforme complementado por Bosi (1992, p.69): “generalizar o medo, o horror, já tão vivo no índio, aos espíritos malignos, e estendê-los a todas as entidades que se manifestassem nos tranSES. Enfim, diabolizar toda cerimônia que abrisse caminho para a volta dos mortos”.

À vista disso, Bosi (1992) e Ribeiro (1995) demonstram que a formação territorial do Brasil é indissociável das práticas de violência contra os povos indígenas. Ademais, Silva (2016) revela que os indígenas foram submetidos, no primeiro momento da apropriação dos territórios do Brasil, à mão de obra forçada

para a pilhagem de bens naturais. Desse modo, as práticas dos invasores portugueses evidenciam o desejo de tornar os indígenas domesticados; dependentes e servos da coroa baseada no princípio de civilização, do Cristianismo e da integração à sociedade luso-brasileira, tornando-os úteis aos interesses econômicos e socioculturais coloniais. Nesse contexto, os não catequizados<sup>6</sup> e que não aceitaram a dominação europeia foram exterminados, deslocados à força, retidos em presídios ou aldeamentos, escravizados e/ou expulsos de suas terras.

Com massacres em massa, a dizimação de muitos povos indígenas foi intensa, sobretudo, entre os séculos XVI e XVIII, com extinção de culturas, línguas e costumes alimentares, na forma de morar, cultivar os mortos e nos aspectos relacionais com a terra, as florestas e os rios. Houve nesse contexto, o surgimento e a criação dos territórios indígenas idealizados, demarcados e organizados pelos colonizadores, onde os povos originários deveriam viver conforme as leis europeias e ditas civilizadas, em espaços restritos e com povos diferentes. Para Barbosa (2011, p.02):

O colonialismo não é coisa nova. É coisa velha. Já existia há três mil anos atrás. Ele não é algo ao acaso. Trata-se de uma política de um Estado. Beneficia um povo contra outro povo. Enriquece a classe dominante do povo explorador do outro. Há uma cumplicidade na nação dominadora, contra a nação dominada. Sendo arma de um povo contra outro, não é “apenas” um “problema social” e “econômico”. É fundamentalmente um problema étnico e cultural. Tal política acaba jogando para baixo as etnias, as economias e as culturas dos povos que foram dominados e, em seguida, colonizados.

Desse modo, conforme Silva (2016), nota-se que o caráter demarcador do “homem branco”, desde o princípio, não beneficiou os indígenas, possibilitando desde então invasões às terras tradicionais e a apropriação destas para fins lucrativos de grandes investidores e os empreendimentos coloniais, voltados para a pilhagem de madeira, cata de metais preciosos e monoculturas para exportação. Esse foi um processo que impactou diretamente a cultura de muitos povos e

---

<sup>6</sup> Foi uma ação dos jesuítas, padres da igreja católica, que tinham como missão evangelizar os índios nas bases do catolicismo, ensinar a língua portuguesa e os costumes europeus. Foi uma forma de inserir o espírito cristão na alma dos índios, a ponto de transformá-los em cristãos e obedientes.

concretizou a espoliação de suas terras na formação territorial do Brasil e de regiões específicas como Goiás.

A expansão territorial da colonização para os sertões do país resultou em contínuos confrontos com os povos originários locais. No caso de Goiás, as entradas dos bandeirantes à procura de ouro custaram a extinção de tribos e etnias. Conforme Palacin e Moraes (2008, p.61), “ao tempo da descoberta, eram numerosas as tribos de índios em Goiás, cobrindo todo o seu território [...] Podemos citar, entre as mais importantes, os Caiapó, Xavante, Goiás, Crixá, Araé, Xerente, Karajá, Acroá”.

Conseqüentemente, no início do século XVIII, descoberto o ouro nas margens e leitos de córregos e rios, a devassa de territórios no sertão goiano foi acompanhada pelas constantes perseguições, invasões, enfrentamentos e extermínio de povos indígenas. De acordo com Palacín e Moraes (2008, p.61), “ao mineiro, sempre apressado e inquieto, faltavam o tempo e a paciência para atrair o índio mediante uma política pacífica. À invasão de seus territórios e as perseguições dos “capitães-do-mato” respondiam os índios com contínuas represálias”.

Bernardo Élis, no texto *O mistério dos diamantes dos Pilões*, narra a violência do invasor bandeirante com os povos originários dos territórios em que diamantes brilhavam ao toque da luz do sol; ou o ouro tão procurado vicejada com cores de fogo nas terras cascalhentas:

Foi em Pilões e Rio Claro que Bartolomeu Bueno achou ouro de boa pinta antes de atingir o Rio Vermelho. Na região, em 1733 (Goiás já estava fundada), descobriram-se os primeiros diamantes. Imediatamente se tornou um foco de atração de mineradores tão importante quanto as minas de Meia Ponte. Entretanto a presença dos caiapós afugentava os aventureiros, que só a penetraram após a desinfecção do sertão, ou seja, com o extermínio ou afugentação do gentio. Para combater os selvagens, contrataram-se os trabalhos de vários cabos de guerra, entre eles Antônio Pires de Campos, o Pai Pirá, e Bartolomeu Bueno do Prado, que arrasaram nações inteiras, como os próprios Araés ou Aracis. De Bueno do Prado dizem que levou para São Paulo (Capitania a que se submetia Goiás e que contratou os serviços desse cabo) 3.900 pares de orelhas (ÉLIS, 1985, p.43).

Percebe-se na citação de Élis (1985) que, nas mesmas fronteiras de expansão invasiva de territórios à cata de ouro e diamantes, os solos ricos eram

manchados pelo vermelho do sangue indígena derramado pela violência das guerras. Com isso, os bandeirantes alargaram a violência da invasão. Diante disso, destaca-se o caso dos Cayapós, cujas valentia e resistência diante do tropel de invasores resultaram em guerras contínuas nos sertões centrais do Brasil.

E se de ouro e diamantes os territórios tradicionais dos Cayapós eram cheios, o aniquilamento se impunha como necessidade imperativa, conforme sinalado por Silveira (2006, p.38):

E foi justamente no território tradicional dos cayapós que descobriram as minas de diamantes e ouro. Compreendia o sul e sudeste de Goiás, parte do Triângulo Mineiro, parte do norte de São Paulo, o leste de Mato Grosso e leste e sudeste do atual Mato Grosso do Sul. Acompanhando a descoberta do ouro, vieram as estradas: os Caminhos de Cuiabá, no sertão de Camapuã, Mato Grosso, e o Caminho de Goiás, ligando a Capitania a São Paulo. Imediatamente, se tornaram foco dos ataques indígenas e um cenário de grande violência armou-se no Cerrado, com a ordem vinda de São Paulo de se fazer “guerra de extermínio aos bárbaros”.

O povo Cayapó tornou-se conhecido pelos colonizadores europeus a partir do século XVIII como bravos guerreiros pela maneira agressiva de seus ataques e a ferrenha defesa de seus territórios.

Assim, Palacin e Moraes (2008) comentam as guerras contínuas que envolveram o povo Cayapó frente à invasão de seus territórios.

No sul, os Caiapós moveram guerra contínua durante 50 anos, chegando muitas vezes às portas de Vila Boa. Foram, em parte, exterminados por Antônio Pires dos Campos, com 500 Bororo trazidos de Mato Grosso, e por seu sucessor, João de Godoy. Em 1780, foram aldeados, chegando assim a paz ao sul da capitania (PALACIN; MORAES, 2008, p.63).

Com efeito, a narrativa histórica que “desenhou” os Cayapós como povo bravo e afeito à guerra resultou na construção de distintas representações, seja na produção historiográfica ou na ficção. Assim, o trabalho de Giralдин (1997) enfatiza a história do povo Cayapó com o viés de desmistificar a imagem negativa que os próprios colonizadores, para justificar suas ações, construíram sobre este povo.

Logo, no romance de Silveira, analisado nesta dissertação, os exageros e as repetições que os não indígenas contavam sobre a maneira de guerrear dos Cayapós se manifestam na fala das personagens e parecem ser, entre outros, um ponto tangencial entre a pesquisa histórica e a ficção.

Na verdade, não falavam nada de novo. Estavam [não indígenas] contando mais uma vez os casos sempre recontados de ataques dos índios e com os detalhes escabrosos de sempre que Luiz [marido da índia Damiana] sabia ser exagero. Eram histórias conhecidas, só que agora a raiva com que falavam parecia maior (SILVEIRA, 2006, p.131).

Giraldin (1997) sugere que a organização social e a própria cultura dos Cayapós promoviam as ações guerreiras. Diante deste dado, torna-se necessário citar este aspecto cultural como um dos elementos que promoveu e sustentou as atitudes guerreiras dos que autodenominavam Panará como apresenta o romance:

Mas Romexi [o velho cacique] não confia no homem branco. Herdeiro da tradição panará, ele sabe que o mundo está dividido entre os panará e o outro, o inimigo. O povo dele é panará e não Cayapó, como o branco fala. Cayapó é como falavam os da língua tupi e agora falam os brancos, mas eles não. Eles se chamam panará, como seus ancestrais. Todos que não são panará são contra os panará. (SILVEIRA, 2006, p.30).

A citação de Silveira (2006) corrobora a compreensão do povo Cayapó sobre o mundo: nós e os outros, ou seja, quem não pertence ao nosso povo (Panará) é outro, o inimigo. No entanto, havia o entendimento de que o inimigo era forte, tinha poderes e bens interessantes. Por isso, aniquilá-lo tornava o guerreiro mais forte e bravo inclusive para enfrentar os rituais de perfuração dos lábios, das orelhas e a escarificação do peito e das coxas. A escarificação acontecia por meio de cortes profundos na pele, usando dente de paca.

Esses rituais repetidos pelos ancestrais provocavam dor, mas eram necessários para a identidade Cayapó Panará. Assim, a relação com o inimigo tinha a dimensão cultural de ganhos necessários para se manter a cultura dos rituais dolorosos e, conseqüentemente, formar guerreiros fortes e resistentes.

As ações de guerra do povo Cayapó obedeciam a uma estratégia que se repetia nos conflitos: raramente deixavam sobreviventes e, por isso, não faziam

reféns, nem a crianças nem a mulheres; pilhavam bens e ateavam fogo nas casas. Outro aspecto marcante da cultura é a vingança por mortes ou perdas, no sentido retribuir de forma mais violenta e contínua às violências que os inimigos lhes dirigissem.

Estas características culturais contribuíram para que estes guerreiros fossem considerados bárbaros e cruéis. Logo, sobre eles, criaram-se também histórias bárbaras e cruéis para justificar as ações violentas dos colonizadores.

Giraldin (1997) sugere que as ações de guerra do povo Cayapó sejam compreendidas levando-se em consideração os aspectos culturais. O fato de não pouparem da morte as crianças se explica pelo entendimento de que aquela criança não teria um lugar social no grupo, não poderia se casar e quando morresse não teria ninguém para lhe enterrar, uma vez que a tradição é que os enterros sejam feitos pelos parentes maternos do morto.

Este dado historiográfico aparece no contexto ficcional na forma de diálogo entre um Cayapó e um não indígena:

Não era costume dos paraná fazer reféns nas guerras - ele explicou. Não era costume deles trazer gente de outros povos para a sua aldeia. Desde os tempos antigos era assim. O povo que não é panará não gosta do nosso povo, não quer o nosso bem. Então se não quer o nosso bem, é inimigo e como inimigo deve ser morto. Caso contrário ele é que vai matar a gente. [...] Se um guerreiro trouxesse uma criança capturada para aldeia, onde é que ela ia morar? A que choça ela ia pertencer? A que mãe? [...] Quem vai cuidar dessa criança, como ela vai viver? Com quem vai casar, quem vai cuidar de seu enterro, se ela não tem família da mãe? Não dá, na aldeia não tem lugar para ela. [...] É o costume dos Ancestrais (SILVEIRA, 2006, p.132).

Assim, mais uma vez, é possível constatar a ficção mesclando à História. Neste sentido, a amálgama é a narrativa ficcional com suas qualidades criativas, aproximando-se da história. Enquanto esta investiga, registra e narra usando seus métodos, o romance histórico usa os elementos apresentados pela história e os transformam sob novas perspectivas, possibilitando diferentes interpretações.

Silveira (2006), na construção da narrativa, deixa perceptível que dialogou com fontes historiográficas, antropológicas e relatos de viagens, tornando-as a matéria documental para tecer o enredo de seu romance. Assim, buscamos em August de Saint-Hilaire (1975), Odair Giraldin (1997) e Ataídes (1998)

respectivamente, as narrativas de viagem e os resultados das pesquisas que tratam da relação entre o povo Cayapó com as sociedades não indígenas, durante o período de colonização no final do século XVIII e início do século XIX. Ademais, Mano (2012) contribui com dados esclarecedores sobre os aspectos mitológicos do povo Cayapó que foram relevantes na relação deste com os não indígenas que invadiram ou estiveram presentes em seus territórios sob diferentes pretextos.

O naturalista August de Saint-Hilaire esteve no Brasil entre 1816 e 1822. Durante esse tempo, fez seus relatos sobre Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também estiveram em território nacional outros viajantes de diferentes países. Saint-Hilaire conheceu pessoalmente a índia Cayapó Damiana da Cunha e, sobre ela e o seu povo, o naturalista registrou considerações que serão enfatizadas ao longo desta análise.

Os registros de viagem de Saint-Hilaire eram relativos à geografia, à flora à fauna e também aos sujeitos que viviam nas regiões visitadas, portanto, seus relatos são considerados importantes fontes de consultas históricas. Sua passagem por Goiás resultou na construção de representações sobre o território e seu povo

Odair Giralдин, em seu livro *Cayapó e Panará<sup>7</sup>: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central* (1997), apresenta uma detalhada pesquisa documental sobre o povo Cayapó e Panará. Neste livro, Giralдин se refere aos indígenas, principalmente ao grupo Cayapó, exaltando a valentia e a resistência desse povo em relação ao domínio europeu. Ataídes (1998) destaca a violência como um elemento sempre presente no embate entre duas culturas.

Colonizadores, guiados pela lógica dominadora e outros grupos de não indígenas movidos pela esperança do enriquecimento fácil, encontraram no grupo Cayapó uma forte resistência à submissão e à invasão de seus amplos e cobiçados territórios: “Iam também movidos a lendas, como a da Sabarabaçu, a serra de ouro e pico coroadado de esmeraldas. Ou a do Lago Dourado, cujas águas espelhavam o resplendor do leito cravejado de pepitas de ouro”. (SILVEIRA, 2006, p.37).

Isto posto, é possível inferir que diferentes grupos eram movidos para o sertão de Goiás com o desejo comum de fazer fortuna, ou pela aquisição de ouro e pedras preciosas ou capturando indígenas para o trabalho escravo, realizado tanto nas

---

<sup>7</sup> A autodenominação Panará que hoje se dá aos *Kren-akarôre* é a mesma que se dava no início deste século aos *Cayapó* do Triângulo Mineiro e a mesma registrada entre os que estavam aldeados no começo do século passado em São José de Mossâmedes em Goiás (GIRALDIN, 1997, p.16).

minas de ouro quanto nos engenhos, conforme afirma Ataídes (1998, p.68). O mesmo pesquisador acrescenta que, além dos minérios, o fato de se tratar de um local pouco explorado, o Planalto Central atraiu para o seu interior os bandeirantes e suas comitivas na esperança de encontrar as mais diferentes riquezas inclusive aquelas que se encontravam escondidas em “veios subterrâneos paralelos ao equador”.

Porém, a presença do indígena era um obstáculo para a realização do desejo comum de toda essa gente. Considerados desprovidos de sentimentos e inteligência até mesmos pelos viajantes naturalistas: “Os Coiapós<sup>8</sup> possuem, pois, como todos os outros indígenas, poucas das qualidades necessárias para que possam se entrosar em nossa civilização, totalmente voltada para o futuro” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 69). Os indígenas sofreram as mais diversas formas de violência como a escravização e os assassinatos.

Possivelmente, essa pseudoverdade declarada pelo naturalista francês sobre os povos indígenas, foi aceita e reproduzida indiscutivelmente por muito tempo, permaneceu velada para encobrir a relação de poder entre indígenas e não indígenas, contribuindo para a permanência das diferentes formas de violência que permeou o contato com esses povos.

À vista disto, pode-se afirmar que Silveira (2006), em seu romance, desmistifica a figura do indígena por meio das personagens fictícias que são constituídas de sentimentos e valores que estão ausentes ou apresentam-se com características contrárias daquelas contidas na descrição de naturalista como Saint-Hilaire.

Logo no prefácio de seu livro *Viagem à província de Goiás* (1975), Saint-Hilaire, já distante do Brasil, faz um comentário sobre o seu ato de redigir o relato de sua viagem à Goiás: “[...] e me vi em imaginação sob o belo céu do Brasil, numa época em que, ávido de conhecimentos, eu percorria os sertões desse vasto país quase tão descuidado do futuro quanto seus próprios indígenas” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.13).

A referência que, de imediato, o naturalista faz aos indígenas já nos fornece pistas sobre a subjetividade e o julgamento de valores pertencentes às sociedades europeias em relação aos diversos povos que habitavam o território brasileiro. Essas

---

<sup>8</sup> O naturalista August Saint-Hilaire (19975) usa o termo *Coiapó* para se referir ao povo *Cayapó*.

impressões, registradas em forma de documentos, percorreram o mundo e colaboraram com a construção de imagens distorcidas e negativas sobre os indígenas e não indígenas que povoavam o interior do território nacional entre o final do século XVIII e meados do século XIX.

Contra essas representações negativadas por relatos como o do naturalista francês, Silveira (2006) apresenta outras possibilidades de interpretação dos povos indígenas em sua narrativa. O narrador do romance, ao descrever a chegada de um grupo de Cayapó em Vila Boa do século XVIII, hoje Cidade de Goiás, a convite do governador Dom Luiz da Cunha Menezes, assim descreve a cena: “Vêm solenes, passos duros e medidos, e rápidos – que índio não anda devagar” (SILVEIRA, 2006, p.24).

A cena descrita no contexto fabular transmite uma ideia de disciplina, determinação e vigor do grupo que se aproximava. É, portanto, uma forma de desconstruir a imagem negativa dos indígenas brasileiros que está presente no discurso e nos relatos dos pesquisadores europeus. Os diferentes conceitos sobre os indígenas permitem-nos identificar as particularidades da ficção e da história, o que é fundamental para a compreensão do romance histórico.

Na abordagem histórica, ao considerar os trabalhos de Saint-Hilaire (1975) e Giral dini (1997), os espaços e a imagem do indígena, seus costumes e a maneira pela qual ele lidava com o mundo é percebida de diferentes perspectivas, de acordo com o lugar que ocupa o observador. Da mesma forma, a literatura, com suas singularidades e a força poética, constrói e representa o espaço e a imagem do indígena.

Assim, para entendermos os aspectos históricos e ficcionais do romance analisado, procuramos promover um diálogo entre a História e a Literatura.

Segundo Saint-Hilaire (1975, p.14),

Se alguns exemplares dos meus relatos resistirem ao tempo e ao esquecimento, as gerações futuras talvez encontrem neles informações de grande interesse sobre essas vastas províncias, provavelmente transformadas, então, em verdadeiros impérios. E ficarão surpreendidas ao verificarem que, no lugar onde se ergueram cidades prósperas e populosas, havia outrora apenas um ou dois casebres que pouco diferiam das choças dos selvagens; que onde estarão retinindo nos ares os ruídos dos martelos e das máquinas

mais complexas ouviam-se apenas, em outros tempos, o coaxar de alguns sapos e o canto dos pássaros; que, em lugar a das extensas plantações de milho, de mandioca, de cana-de-açúcar, e de outras árvores frutíferas, o que havia eram terras cobertas por uma vegetação exuberante mas inútil.

Pelo discurso do naturalista Saint-Hilaire (1975), percebe-se a aguda valorização do progresso ou da civilização do modelo europeu em detrimento da desvalorização da natureza, a despeito da “exuberante, mas inútil vegetação”, uma desvalorização também dos sertanejos e do padrão de suas moradias, além da denominação “selvagem” para os povos originários. No caso, o termo “selvagem” já cria para os diferentes povos uma identificação permeada de temores, mistérios e fantasias que muito contribuiu para a marginalização, a falta de respeito por sua cultura e, finalmente, a dizimação.

De acordo com Giralдин (1997, p.139), a palavra “selvagem”, usada desde o início da colonização para se referir a um indígena, ainda nos tempos atuais, conserva seu significado “de algo próximo da animalidade, dos habitantes primitivos das selvas”, ou seja, um termo altamente discriminatório e preconceituoso que passa a ideia de seres desprovidos de humanidade.

A boa notícia é que o contexto fabular pode ser uma oportunidade para nos redirmos dos erros passados e atuais e mudarmos de prisma em relação às questões indígenas. Tezza (2012, p.83) afirma que “o escritor é, antes de tudo, um inadequado, alguém flagrado por ele mesmo em erro, que tentará recuperar pelo trabalho beneditino da escrita, [...] a sua alma usurpada”.

Assim, a ficção conduzida pelo narrador<sup>9</sup> ameniza a dor da realidade histórica e a compensa apresentando personagens indígenas sensíveis e afetivamente protagonistas de uma relação integrada com a natureza. No caso dos Cayapós, com os territórios do Cerrado e seus rios, veredas, fauna e flora.

[Damiana] atravessa mata e campos, com seus vários tons de verde. Verde-verde, verde-escuro, verde-claro, verde-cinza, verde-marrom,

---

<sup>9</sup> Sobre o narrador, Tezza (2012, p. 215-216) esclarece que o narrador não pode ser confundido com o autor por dois aspectos básicos: primeiro, a linguagem escrita, na sua exata abstração não redundante, na sua recuperação e lapidação em camadas (como se o tempo parasse no tempo enquanto se gera), cria uma rede autônoma de sentidos que apenas em parte lembra a rede viva da linguagem que falamos; há uma exatidão de artifício que o seu autor jamais terá em momento algum de sua vida real; o que nos leva ao segundo aspecto central – o narrador é sempre um objeto; o autor é um sujeito. Isto é, o objeto estético jamais se confunde com o evento da vida; ele é parte desse evento, do ponto de vista do leitor, mas não se confunde com ele.

verde-amarelo. Passa por campos de sucupira-branca, com flores de coloração rosada. Pelos ipês floridos de roxo, amarelo e rosa. Pelos campos de buritis. Passa por descampados com grandes extensões de caliandras floridas, as rosas do Cerrado. Ela conhece todas aquelas flores e todos aqueles campos. Todas as árvores. A paineira, a sucupira-preta, a cutiúba, a paraçana, o jacarandá. Árvores de cores e tamanhos diferentes. Retorcidas ou retas, de casca fina e casca grossa (SILVEIRA, 2006, p.153-154).

O narrador demonstra o profundo conhecimento dos indígenas na relação com o Cerrado. Damiana, ao atravessar matas e campos contempla suas diversidades de cores, árvores, flores e bichos. O Cerrado comparece como vasto território de vida e cultura desse povo e com o qual mantinha relação integrada e sagrada, manifestada na cultura e práticas de caça, usos de ervas medicinais, alimentação, danças e rituais. Eram caminhantes do Cerrado.

## 1.2 Caminhantes do Cerrado

Caminham, o homem maduro e a menina, por platôs e chapadas; sobem serras, colinas, morros; descem aos vales. Cruzam ribeirões, córregos e rios; sobem até as nascentes. Banham-se em cachoeiras e lagos. Atravessam bosques com a sua espessa cobertura de grossos cipós entrelaçados e profusão de arbustos. Cruzam matas, buritizais, capões. Campos e campinas. O Cerrado não tem uma cara só; tem diversas. (SILVEIRA, 2006, p.88).

No romance *Guerra no coração do Cerrado*, o Cerrado é concebido pelas personagens indígenas como exuberante e sagrado, do qual a vida se emana. Por outro lado, para os não indígenas, é concebido como um território com inúmeras riquezas naturais como o ouro e pedras preciosas, propício à exploração e o que dele emana é apenas a possibilidade de enriquecimento. Território a ser vasculhado e devastado. Por consequência, diferentes visões de mundo também se defrontavam na representação e usos do Cerrado.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Cerrado em extensão é o segundo bioma brasileiro, abarcando uma área de 2.039.387 km<sup>2</sup>. Envolve 11 estados e o Distrito Federal, ao fazer uma interconexão com outros biomas brasileiros como: Caatinga, Mata Atlântica, Amazônia, Pantanal, Matas de Araucárias (Mapa 01). Esta informação é importante para se compreender

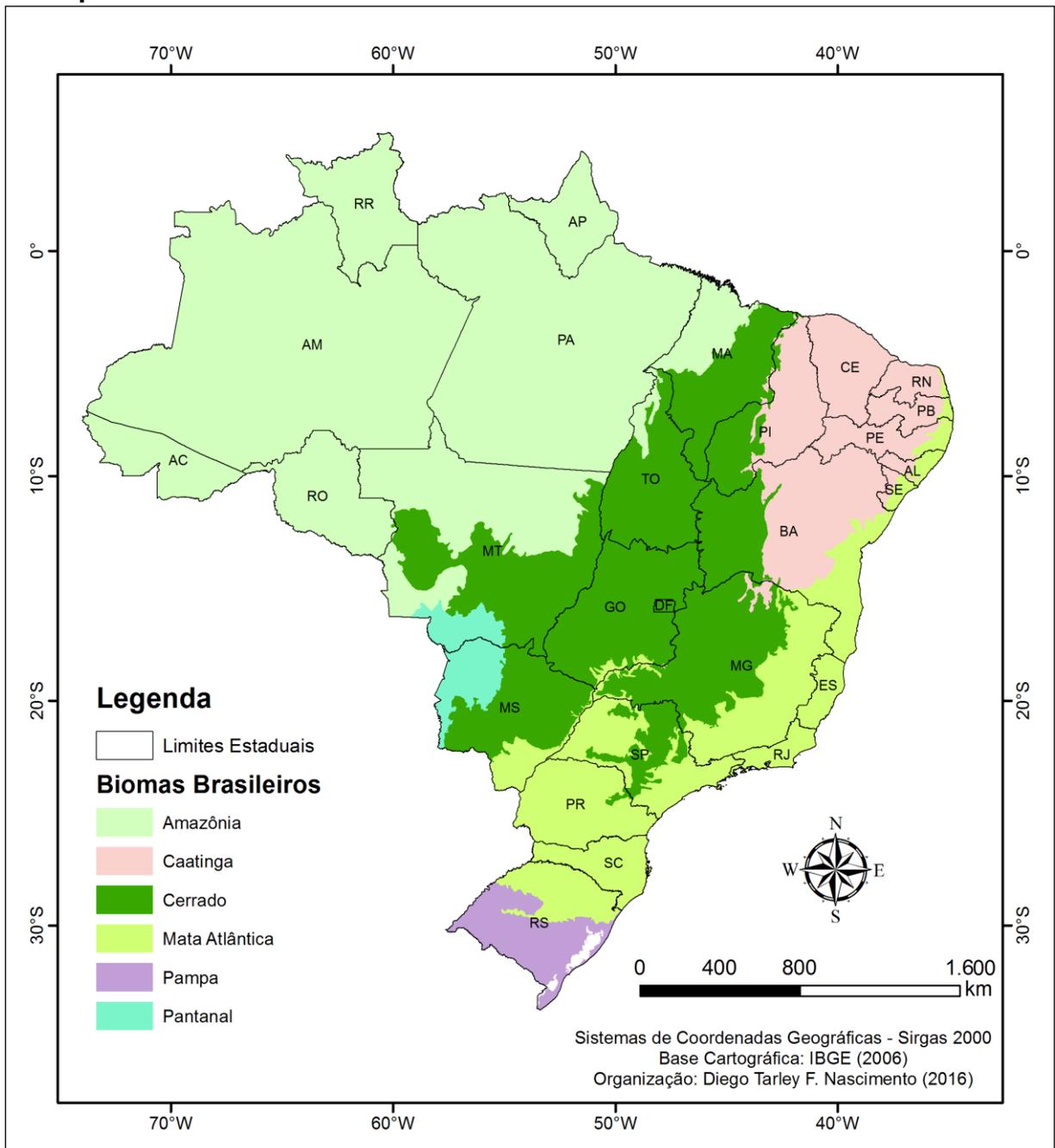
a amplitude do território disputado e também os diferentes motivos que levaram os indígenas a defendê-lo e os não indígenas a cobiçá-lo.

A partir do século XVIII, de acordo com Altair Sales Barbosa (2008, p.91-92), “o panorama regional começou a sofrer sensíveis modificações com o incremento da colonização que se embrenha pelo interior do país à busca de ouro, pedras preciosas e índios para a escravização.” Desta forma, entendemos que a presença dos colonizadores em territórios indígenas representava uma ameaça não só ao patrimônio e a posse de seus territórios, mas também à liberdade de seus ocupantes.

De acordo com Ataídes (1998), o povo Kayapó do Sul, ocupava a área entre Camapuã no Mato Grosso do Sul até as proximidades de onde são hoje as cidades de Goiás, Pirenópolis e Luziânia no Estado de Goiás. A leste, onde é hoje o Triângulo Mineiro e parte do Estado de São Paulo.

A exuberância do Cerrado, a diversidade da flora e da fauna e a abundância de suas águas são elementos presentes na percepção das personagens do romance *Guerra no coração do Cerrado*.

O mapa que se segue ilustra as áreas sobre as quais fazemos referências e que compõem o bioma Cerrado e suas particularidades.

**Mapa 1 – Biomas brasileiros.**

**Fonte:** Gonçalves, R. J. A. F., (2016, p.223)

A localização geográfica do Cerrado nos territórios centrais do Brasil, representa uma posição geopolítica na conexão com as diversas regiões do país. Isso faz dele o que Sales (2014, p.18) denomina de “cumeeira da América do Sul”, pois “distribui águas para as grandes bacias hidrográficas do continente”. Por exemplo, Paraguai-Paraná, Araguaia-Tocantins e São Francisco são as principais bacias hidrográficas que possuem suas nascentes no Cerrado. Além disso, é na

área de abrangência do Cerrado que se situam importantes aquíferos do continente, conforme destacado por Sales (2014, p.18),

O aquífero Guarani, associado ao arenito Botucatu e a outras formações areníticas mais antigas, de onde provêm as águas que alimentam a bacia do Paraná; aquífero Bambuí, associado às formações geológicas calcárias do Grupo Bambuí; e o Urucuia, associado à formação arenítica Urucuia, que, em muitos locais, está sobreposta ao calcário Bambuí e, em certos locais, há até o encontro dos dois aquíferos, apesar de existir entre ambos uma grande diferença de idade. Os aquíferos Bambuí e Urucuia são responsáveis pela formação e alimentação dos rios que integram as bacias e sub-bacias do São Francisco, Tocantins, Araguaia e outras, situadas na abrangência do Cerrado.

A importância estratégica do Cerrado por seus aquíferos, bacias hidrográficas e rios abundantes soma-se à presença de vastos chapadões abertos aos usos agrícolas. Além disso, o bioma-território Cerrado (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010) é considerado um dos *hotspots* de biodiversidade no mundo (MYERS, 2000), ou seja, uma das zonas de grande diversidade biológica, ao considerar seus aspectos naturais. O Cerrado é diverso em fauna e flora, todavia muitas espécies de animais e plantas ainda não foram catalogadas e pesquisadas, podendo, inclusive serem extintas sem que isso venha a acontecer.

No que se refere a frutíferas, o Cerrado se apresenta como um dos mais ricos biomas em variedades e espécies. Oferece uma grande quantidade de frutos comestíveis, alguns de excelente qualidade, cujo aproveitamento por populações humanas ocorre desde os primórdios da ocupação e, em épocas atuais, muitos são aproveitados também de forma artesanal e medicinal.

Desse modo, foi neste território de ampla variedade paisagística que também se desenvolveram as diversidades culturais. Barbosa (2014) diz que há vestígios de populações humanas no Cerrado desde aproximadamente 12 mil anos atrás.

Na região do Cerrado, essas populações desenvolveram importantes processos culturais que moldaram estilos de sociedade bem definidas, em que a economia de caça e coleta imprime modelos de organização espacial e social com características peculiares. Os processos culturais indígenas que se seguiram a esse modelo trouxeram pouca modificação à fisionomia sociocultural. E, embora ocorresse o advento da agricultura incipiente, que era exercida nas

manchas de solo de boa fertilidade natural, existentes no Sistema do Cerrado, a caça e a coleta, principalmente a vegetal, ainda constituem fatores decisivos na economia dessas sociedades.

Assim, Barbosa (2005, p.15) ainda diz que alguns dos mais relevantes processos culturais da América do Sul nasceram no Cerrado, “como a formação do tronco linguístico Macro-Jê, a domesticação e disseminação de certos tubérculos e outros vegetais e o desenvolvimento de tecnologia de caça, pesca e processamento de recursos vegetais nativos e cultígenos”. O mesmo autor afirma que, com base no amplo estudo de diversas comunidades indígenas do Cerrado, percebeu que essas populações aprenderam e desenvolveram complexos mecanismos adaptativos e de planejamento ambiental e social para a vida em abundância. “Assim são os Kayapó, que habitam áreas mais elevadas, os Karajá, específicos da calha do Araguaia, Os Xavante etc.” (BARBOSA, 2015, p.15).

Sendo assim, no romance *Guerra no coração do Cerrado*, Silveira (2006) faz do Cerrado o território vital dos Cayapós, com o qual estes se relacionavam relacionam de maneira integrada, pois, além de sagrado, é fonte de pesca, caça, coleta de frutos, madeira e ervas medicinais. O Cerrado goiano é o território em que o romance é ambientado, já que foi nele que o povo Cayapó existiu e reproduziu suas vidas e costumes.

Na relação com o Cerrado, o povo cayapó tornou-se guardião de saberes ancestrais. Em um dos trechos do livro, o narrador diz dos ensinamentos do cacique Romexi à sua neta Damiana por intermédio de uma “expedição de aprendizagem”, uma demonstração de que o Cerrado era o território sagrado de seu povo.

Depois dos rituais da puberdade, quando Damiana está madura para a vida, foi o momento de Romexi fazer uma expedição com eles [...] Cabe a ele lhe mostrar pessoalmente o lugar sagrado de seu povo. [...] Ensina a jovem a curar doenças com ervas e raízes: fazer infusões de folhas da gomeira para tosse, usar a casca e a raiz da caraíba com sua tinta amarela para machucados. Eles passam pelos campos de mato baixo, bosques, e também por matas fechadas. Pelas árvores solitárias e retorcidas, capões de capim com dois metros de altura, terras vermelhas, terras cinzentas, areias e pedras. Passam por palmeiras, muitas palmeiras, e entre elas a da espécie comestível da guariroba. Passam por outras nascentes, outros ribeirões, rios, cachoeiras. É uma região de belas queda-d'água: filetes caindo por entre rochedos, cachoeiras que enfrentam com

imponência os caprichos do leito milenar dos rios (SILVEIRA, 2006, p.90).

Desse modo, percebe-se que a narrativa do romance de Silveira (2006), ao recriar uma realidade ficcional, lança luzes sobre aspectos reais que podem ser discutidos em uma perspectiva territorial ou da compreensão literogeográfica do Cerrado (GONÇALVES, 2019). Assim, o Cerrado goiano pode ganhar mais visibilidade na literatura goiana, uma vez que este território foi lugar de convivência de diversos povos que foram alvos da invasão e pilhagem promovidas pelos colonizadores a partir do início do século XVIII.

Então, a partir das representações do Cerrado goiano urdidas na narrativa analisada (SILVEIRA, 2006), delinearemos também a maneira pela qual este território tem sido percebido pelos diferentes olhares de seus ocupantes e estudiosos nos últimos três séculos. Como forma de dar continuidade às análises que compõem esta pesquisa e ao relacionar ficção e história, tomamos os relatos sobre o Cerrado do naturalista francês Saint-Hilaire (1975) para compreendermos seu olhar sobre o território goiano e sua gente em 1819, quando esteve neste local.

Ao usar o adjetivo “infortunada região” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.13) para narrar suas impressões sobre Goiás, o viajante naturalista traça em seus relatos uma representação esvaziada de valores para o território goiano e seus habitantes, mesmo quando ele mesmo ressalta que não se pode fazer uma comparação entre o interior do Brasil e a Europa. Com um olhar embaçado pelo etnocentrismo, o naturalista vai compondo a sua literatura de viagem com ênfase na “falta da civilização” como uma condição do atraso e da falta de perspectivas de progresso futuro.

Muitos anos ainda irão passar antes que se veja, do alto dos Pirineus, algum traço de cultura, e muito tempo irá decorrer até que o S. Francisco seja navegado por embarcações de maior porte que as frágeis canoas que deslizam sobre suas águas (SAINT-HILAIRE, 1975, p.14)

O discurso do naturalista passa por diferentes matizes de julgamento que poderiam ser confundidas com uma contradição discursiva porque imediatamente há uma negação das potencialidades do novo mundo. Ademais, o cientista já antecipa

que existe nesta terra “os germes de uma grande prosperidade” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.14).

Destaca-se, assim, que os registros de Saint-Hilaire e de outros viajantes naturalistas tinham o objetivo de descrever o que era visto, mas percebemos o quanto suas descrições eram preconceituosas e carregadas de interpretações subjetivas que refletiam os valores de suas culturas. Da mesma forma, as percepções das personagens do romance de Silveira (2006) são descritas pelo narrador e contêm na sua essência os valores culturais. Contudo, o mesmo objeto pode ser representado e descrito por diferentes olhares e percepções.

No caso, o que almejamos compreender e enfatizar neste momento da pesquisa são as diferentes leituras sobre o Cerrado goiano, apresentadas pela ficção, pelo naturalista Saint-Hilaire e pelos estudiosos contemporâneos. Logo, no caso da ficção, aponta-se para um Cerrado do qual a vida se emana com suas matas, águas e vidas:

Damiana passa pelas nascentes de grandes rios, por riachos de águas tão transparentes, que é como o ar claro da manhã em forma líquida. Chega à lagoa verde, um poço sem alcance de fundo: um lago redondo de águas verde-esmeralda, formado no solo de uma enorme cratera circular bem no meio do Cerrado (SILVEIRA, 2006, p.154)

Damiana exalta o elemento água e sinaliza o seu grande manancial e diversidade no Cerrado em forma de rios extensos, pequenos e lagoas fundas. A água do Cerrado limpa e abundante parecia não ter fim, como o fundo do poço. Ao longo da narrativa, o narrador vai descrevendo a percepção de Damiana em relação à harmonia dos elementos naturais presentes no Cerrado. Sobre o aspecto retorcido das árvores, o narrador explica o entendimento da protagonista:

Damiana não sabe que, para muitos, aquelas árvores fortes, mas tortuosas, parecem feias e esquisitas. Eles a comparam à luxúria verdejante das outras matas que conhecem e tomam como modelo. Não se dão conta de que estas árvores do Cerrado são, talvez, as mais antigas: já passaram por muita coisa. São como guardiãs do âmago do ser árvore [...] talvez por isso se retorçam assim. (SILVEIRA, 2006, p.154).

A percepção poética e espiritualizada sobre paisagem que o narrador transmite no romance é diferente daquela percebida na narrativa do viajante Saint-

Hilaire, que descreveu a decadência do território goiano, a indolência dos habitantes e a má qualidade do terreno, “mistura de cascalho e areia e grupo de árvores mirradas e retorcidas aqui e ali” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 60). Uma descrição, portanto, negativa da terra e da gente do Planalto Central brasileiro.

Luís Estevam (2008) rebate a abordagem depreciativa de Saint-Hilaire com a seguinte descrição:

O botânico Saint Hilaire, na sua histórica viagem pelos sertões de Goiás, não conheceu Catingueiro. Passou por Currálinho e Ouro Fino servindo-se de uma estradinha de terra batida que saía de Jaraguá. Não viu as enormes barrigudas na orla do estradão, o manto fétido do capim-gordura, tampouco as minúsculas casinhas no alto do monte. Nem mesmo experimentou a hospitalidade de seus moradores; os catingueirenses jamais foram gaveteiros como o povo de Currálinho, nem tão imponentes como os habitantes de Ouro Fino. É certo que perderam o hábito das uniões legítimas, do uso do sal e das ideias religiosas, mas, embora os descendentes de índios teimassem chamar o local, desde tempos imemoriais, de Itauçu, devido à abundância de pedras escuras na região, a singularidade do povo deu fama e nome ao lugar (ESTEVAM, 2008, p.507).

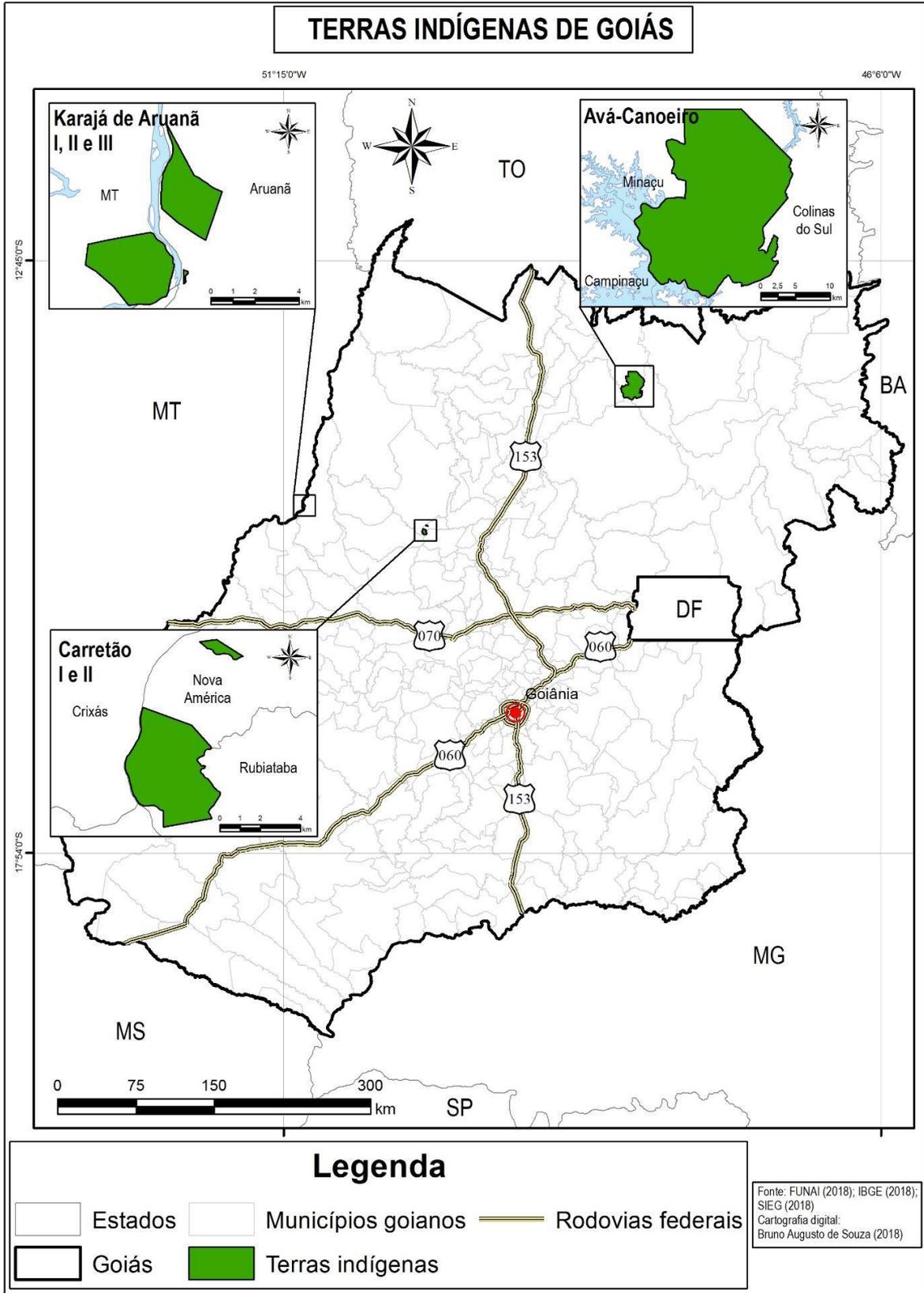
O autor, em uma visão bem diferente do naturalista francês, descreve poeticamente a paisagem e a hospitalidade dos sertanejos. O sertão na sua imensidão abriga gentes de diferentes costumes em espaços às vezes pequenos. Ao afirmar que o botânico não conheceu Catingueiro, faz uma referência ao fato do naturalista não ter conhecido o povo e a sua cordialidade. Catingueiro era o nome do povoado que deu origem à cidade de Itauçu, no estado de Goiás.

No prefácio do livro *Cerrados: perspectivas e olhares*, os organizadores (CASTILHO; PELÁ, 2010) explicam que o conceito de Cerrado vai além de uma caracterização de relevo e vegetação, mas diz respeito à sua própria historicidade e à diversidade de atores que o compõe em seus diferentes perfis. Almeida (2005, p.9), por sua vez, afirma que “o Cerrado evoca paisagens, grupos sociais e homens produzindo espaços e fazendo história”. O Cerrado é compreendido também “como um território integrado ao mundo, mas desigual e cindido em sua particularidade” (PELÁ e CASTILHO, 2010, p.35).

Isto significa a importância de se compreender o Cerrado em sua amplitude e, ao mesmo tempo, na singularidade de seu domínio. Castilho e Chaveiro (2010) apontam os conflitos e as formas de apropriação e usos do Cerrado como uma questão a ser debatida em pesquisas. Com isso, demonstra que esse território

múltiplo, guardião de diversidades paisagísticas e culturais, é disputado e controlado por corporações ligadas ao agronegócio, mineração, turismo e produção de energia.

Diante disso, a transformação do Cerrado goiano como território em disputa implicou na expropriação contínua dos povos originários, restando, atualmente, apenas três etnias com territórios demarcados: os Tapuios do Carretão, em Rubiataba/Nova América; Os Karajá em Aruanã; e os Avá-Canoeiro, em Minaçu/Colinas do Sul. (Mapa 2).



**Mapa 2 – Terras Indígenas em Goiás.**  
**Fonte:** Chaveiro, E. F., (2019, p.156).

As Terras Indígenas localizadas no Cerrado goiano são territórios de resistências, guardiãs de saberes ancestrais e paisagens do Cerrado que ainda não foram exauridas pelas fronteiras capitalistas. Contudo, são também territórios em disputa. Neste sentido, Chaveiro (2019, p.157), destaca que

Ao ver a localização das etnias indígenas de Goiás destaca-se: os povos Karajá com suas terras fragmentadas. As suas terras são pressionadas pela pecuária comercial, extensiva e de confinamento e pelo turismo. Os Tapuia do Carretão são pressionados pelas lavouras de cana; e os Avá-canoeiro, distantes, na região nordeste de Goiás, dividem o seu território com usinas hidrelétricas. Nota-se ainda que a faixa meridional do território goiano, a que se aproxima econômico e socialmente do eixo desenvolvido do país, o sul e o sudeste, não possui terras indígenas.

Percebe-se, assim, conforme demonstrado por Chaveiro (2019), que os povos indígenas que ainda vivem no território do Cerrado em Goiás continuam enfrentando pressões e disputas por suas terras, agora ameaçadas por agronegócio, turismo, hidrelétricas e mineração. Há explícito um processo histórico contínuo de violência, expropriação de pilhagem dos povos indígenas no Cerrado goiano.

À vista disso, uma interpretação literogeográfica (GONÇALVES, 2019) do romance *Guerra no coração do Cerrado* (2006) contribui com a compreensão da violência ininterrupta contra os povos indígenas em Goiás. Dentro do seu contexto ficcional, a narrativa traz para a contemporaneidade a discussão sobre a imposição da violência sobre os povos indígenas como dispositivo que não se limita ao passado.

Embora haja uma distância temporal entre a atualidade e a época em que os temas abordados na narrativa estão focalizados, as alusões ficcionais sobre a temática indígena e o Cerrado em Goiás parecem vivas e pulsantes em pleno século XXI. Por exemplo, a fragmentação de terras indígenas, o adoecimento e a dizimação dos povos originários, o descaso e a devastação do Cerrado goiano provocados pelos interesses de diferentes setores econômicos e financeiros do Brasil e de outros países, perpetuam, em outros formatos, o “processo de colonização”.

Com efeito, a atualidade do tema é acentuada pela própria autora do romance,

Meu último romance, também, “Guerra no Coração do Cerrado”, que tem como personagem uma figura da colonização de Goiás, é a história – e, nesse caso, bastante ficcionalizada pois os documentos a respeito são muito precários – de uma índia panará que foi criada por um governador e serviu de mediadora entre os colonizadores brancos e sua tribo que em poucos anos, como era de se esperar, terminou praticamente extinta. E o que me levou a me apaixonar pelo tema a ponto de me dedicar a escrever esse livro, foi a questão do conflito mortal entre duas culturas muito diferentes e a incapacidade da chamada civilização ocidental de reconhecer e respeitar os direitos do “outro”. Existe tema mais atual do que esse? (SILVEIRA, 2009, p.2).

Finalmente, compreende-se que o Cerrado goiano é o espaço de ambientação do enredo do livro de Silveira (2006) e também o objeto cobiça pelos colonizadores em função de suas riquezas naturais e a possibilidade de enriquecimento. Para os povos originários, o Cerrado era o lugar de acolhimento, de vivências coletivas presentes e também o local de repouso dos espíritos dos seus antepassados. No entanto, contra os povos originários e sua relação com o Cerrado é que se instalou uma das mais sangrentas guerras que marcaram a formação territorial do Brasil e especificamente de Goiás.

## CAPÍTULO 2

### O ROMANCE HISTÓRICO E A HISTÓRIA ROMANCEADA

Estamos todos, como seres humanos e como ficcionistas, mergulhados até o pescoço nas águas profundas da História (com H maiúsculo). Somos, como homens e também como escritores, frutos de um determinado processo histórico. Nesse sentido, quando falamos de nós mesmos, do hoje e do agora, ou quando falamos do passado que nos formou, estamos sempre falando de um momento específico de uma história muito maior, a da experiência humana. O próprio terreno do ficcionista, que é o da imaginação e da linguagem, é ele também formado, junto com o escritor, por esse mesmo processo. No caso da linguagem, isso é sem dúvida unanimemente aceito; no da imaginação, muitas vezes sequer é percebido. Citando Benedito Nunes: “narrar é contar uma história, e contar uma história é desenrolar a experiência humana do tempo.” Nem a literatura nem a história existem sem essa noção de tempo humano, articulado em forma de narração. Essa relação constitutiva tanto da literatura quanto da história é mais geral e abrangente do que muitos pensam, e não se restringe ao chamado “romance histórico”; abarca qualquer narrativa ficcional (SILVEIRA, 2009, p.1).

Como já vimos anteriormente, o romance histórico é um gênero literário, resultante do diálogo entre a literatura e a história, que usa a linguagem como meio de recontar o passado. Contudo, sem comprometer com a reprodução rígida da oficialidade, a literatura ficcionaliza, explora o vasto campo da imaginação e criatividade. Neste sentido, o romance analisado confirma esse entendimento, uma vez que a intenção de sua autora foi fazer uma versão fictícia de um fato histórico de Goiás, ou seja, o conflito entre indígenas e não indígenas no final do século XVIII.

Ademais, através de sua obra, Silveira (2006) suplanta os limites da historiografia ao apresentar o que foi silenciado, apagado ou secundarizado na oficialidade histórica. Em outras palavras, se a história oficial documentou os feitos dos bandeirantes, dos nobres da Capitania, o romance de Silveira (2006) protagonizou os povos indígenas, a mulher indígena na personagem Damiana. Emerge de sua obra o esforço de, por meio da narrativa ficcional de extração histórica, enfrentar o apagamento da memória dos povos indígenas e seu lugar na formação social de Goiás e do Brasil.

Sendo assim, neste capítulo, apresentamos análises que colaboram com o entendimento da relação entre história e literatura. Para isso, no primeiro momento,

discutimos os pressupostos teóricos do romance histórico; e no segundo, que chamamos de 'história romanceada', demonstramos a vivacidade da ficção em Silveira (2006) ao explorar acontecimentos reais da formação de Goiás, a violência e o enfretamento entre os colonizadores e o povo Cayapó no final do século XVIII e início do século XIX.

## 2.1 Caminhos do romance histórico

Esteves (2010), afirma que o romance histórico tem seu marco mundial nas obras de Walter Scott, Alexandre Dumas e Leon Tolstói e no Brasil em José de Alencar. Estas narrativas que tinham como características uma alusão ao passado, de acordo com a subjetividade do autor e as influências de seu tempo, recriavam personagens para recontar uma história. A abrangência desse gênero literário de fácil acesso incentivava novas interpretações dos fatos “com o papel proeminente na construção das utopias românticas e impeliram rebeldes e reformistas à luta política e social” (ESTEVES, 2010, p.13). Ademais, Esteves (2010, p.19) diz que “a literatura, enfim, trabalha o reino da ambiguidade. Suas verdades são sempre subjetivas: verdades pela metade, verdades relativas que nem sempre estão de acordo com a história”.

No entanto, não somente elementos românticos alimentavam o imaginário desses escritores, a exemplo, já no século XIX, o modernista Oswald de Andrade (1890-1954) transpôs para a ficção as mudanças políticas e sociais que aconteceram no Brasil entre o período republicano e o governo de Getúlio Vargas. Neste sentido, nota-se que a caminhada do romance histórico também se faz acompanhar pela caminhada da história da literatura brasileira e a história do Brasil. Afinal, autores como Candido (2000), Bosi (2004) e Coutinho (2011) demonstram que a literatura é intrínseca da formação social do Brasil.

De acordo com Bosi (1994, p.11, grifos do autor), “um *complexo colonial* de vida e pensamento” do Brasil e de outros países americanos é que indica problema das *origens* da nossa literatura. Entendemos que o “complexo colonial” ao qual o autor se refere são os desdobramentos do processo de colonização e suas repercussões econômica e cultural que insistiram em permanecer mesmo após o período colonial no século XVIII.

A repercussão econômica diz respeito à ocupação/invasão do território brasileiro e à desmedida exploração de seus recursos naturais para abastecer o mercado externo, traduzindo a posição subordinada do país na Divisão Internacional do Trabalho. A repercussão cultural refere-se à influência europeia nas tímidas “manifestações literárias e artísticas do Brasil-Colônia: Barroco, Arcádia, Ilustração, Pré-Romantismo [...]” (BOSI, 1994, p.12).

Desta forma, Bosi (1994) argumenta que os conteúdos coloniais, acrescidos pelos conteúdos europeus acima mencionados, delinearão de forma híbrida as artes e a literatura brasileira.

Para Candido (2000), a literatura brasileira foi construída historicamente: “poderíamos dizer que as manifestações literárias, ou de tipo literário, se realizaram no Brasil, até a segunda metade do século, XVIII sob o signo da religião e da transfiguração.” (CANDIDO, 2000, p.85). O crítico acrescenta ainda que só a partir de meados do século XIX “se pode considerar formada a nossa literatura, como um sistema orgânico que funciona e é capaz de dar lugar a uma vida literária regular, servindo de base a obras ao mesmo tempo universais e locais” (CANDIDO, 2000, p. 84).

Na trajetória da literatura brasileira, no século XIX, enfocamos o surgimento do romance histórico, tendo como partida *O guarani* (1857) de José de Alencar “(Mecejana, Ceará, 1829 - Rio de Janeiro, 1877)”, considerado um dos primeiros escritores brasileiros a produzir este gênero de romance (BOSI,1994, p.134).

No Brasil contemporâneo, o novo romance histórico ou metaficção historiográfica ou romance pós-moderno tornou-se mais fortalecido nos últimos trinta anos. Segundo Esteves (2010), isto se deve ao fato de o passado também ter sido tomado como matéria prima a ser transformada em produto literário disponível para o consumo, como qualquer outro produto.

Ao abordar a história dentro do universo fabular, o novo romance histórico dá um novo significado aos fatos históricos e lança luzes a espaços, acontecimentos e personagens que foram cristalizados pelo discurso histórico ou oficial. No entanto, não se trata de “substituir a história pela ficção, mas de possibilitar uma aproximação poética em todos os pontos de vista, contraditórios, mas convergentes, estejam presentes formando [uma] representação totalizante” (ESTEVES, 2010, p.18).

Ademais, no caso de personagens históricos explorados pela narrativa ficcional, há exemplos de escritores de escritores que suplantaram a história oficial

ou iluminaram personagens silenciados, apagados pela historiografia. Entre os exemplos, destaca a personagem Ângela do livro *Chegou o Governador*, de Bernardo Élis. Nesse livro, o escritor dá protagonismo a uma mulher que existe de fato na história da Capitania de Goiás, contudo, apagada na historiografia oficial.

No caso do romance *Guerra no coração do Cerrado*, a romancista concede protagonismo à índia Damiana da Cunha, proporcionando ao leitor uma reflexão sobre as questões indígenas que se arrastam pela história destacando o conflito entre indígenas e não indígenas no final do século XVIII. O romance ambientado no Cerrado goiano provoca também uma discussão na perspectiva ambiental de perdas e alterações desse território, consideradas significativas para a condição humana e de outros viventes, como veremos no terceiro capítulo desta pesquisa.

Embora Aristóteles tenha estabelecido um limite entre o discurso histórico e o discurso ficcional, a dificuldade em identificar um e outro acompanha ambas as narrativas desde a Grécia antiga na forma de epopeias e, posteriormente, na Idade Média em óperas e poemas, nos quais os discursos se fundiam, sendo ao mesmo tempo literários e históricos. Isto se dá justamente em função de uma característica humana separar, em algumas circunstâncias, aquilo que de fato aconteceu daquilo que poderia ter acontecido, afirma Esteves (2010).

Na América Latina, por exemplo, como veremos adiante, os primeiros viajantes europeus naturalistas que aqui estiveram, em seus textos de informação, registraram as suas impressões sobre pessoas, flora, fauna de forma subjetiva que refletiam seus valores e cultura. Portanto, sublinha-se que aqueles relatos, considerados como documentos para as metrópoles europeias colonizadoras, distorceram a imagem dos indígenas e do sertanejo, cujo ritmo de vida e valores nada tinham a ver com aqueles vivenciados pelos europeus. Sobre este aspecto, Bosi (1994, p.13) esclarece que:

Os primeiros escritos da nossa vida [brasileira] documentam precisamente a instauração do processo [colonial]: são *informações* (ênfase do autor) que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o homem brasileiro. Enquanto informação, não pertencem à categoria do literário, mas à pura crônica histórica e, por isso, há quem as omita por escrúpulo estético (José Veríssimo, por exemplo, na sua *História da Literatura Brasileira*). No entanto, a pré-história das nossas letras interessa como reflexo da visão do mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros observadores do país. É graças a

essas tomadas diretas da paisagem, do índio e dos grupos sociais nascentes, que captamos as condições primitivas de uma cultura que só mais tarde poderia contar com o fenômeno da palavra-arte.

Mais adiante, o autor explica que tais escritos ultrapassam seu valor documental para se tornarem também fontes de inspiração de determinados temas para escritores de diferentes momentos literários. Esteves (2010) destaca o escritor peruano Mario Vargas Llosa como um dos exemplos que discute a complexa questão do romance histórico na perspectiva da relação entre literatura e história,

a verdade que pode dita por meio de mentiras, ou seja, da ficção. Todos sabemos que os romances mentem, mas é por meio dessa mentira que eles expressam uma curiosa verdade que só pode expressar-se assim, dissimulada, encoberta, disfarçada daquilo que não é (ESTEVEZ, 2010, p.19).

De acordo com esse argumento de Esteves (2010), ao embarcarmos na leitura de um romance histórico, estamos certos de que o que lemos é uma invenção, mas acreditamos, mesmo que temporariamente, no que está escrito. Isto se dá pelo fato de reconhecermos nos personagens aspectos humanos, com os quais nos identificamos.

No período medieval, a história se construía em forma de crônica sobre as aventuras e feitos dos grandes heróis, não importando se fossem eles da linhagem sagrada ou profana, como por exemplo, Salomão e Carlos Magno. Ainda em Riedel (1988), estes diferentes heróis merecedores de alusões literárias tinham em comum, segundo a imagem do filósofo francês de Bernard de Chartres (1070-1130), a tarefa de carregar sobre seus ombros os homens de pequena estatura ou anões, que pela condição de estarem nos ombros de gigantes enxergavam mais longe que os próprios gigantes, fazendo uma referência ao papel do cronista que, embora estivesse em outro tempo, contava a história daqueles heróis.

Neste sentido, observa-se que a História encerra em si a arte e a ciência, “a narração e a pesquisa definidas e separadas no séc. XVII” (RIEDEL, 1988, p.10). Os romancistas Walter Scott e Balzac são exemplos de romancistas fascinados pela história e que almejam representar a realidade em suas narrativas. Assim, neste momento, deparamo-nos com os termos narrativa e história.

Para tornar compreensível a definição de cada um deles, busca-se na origem da comunicação e nas modalidades de discursos elementos que nos conduzirão ao entendimento da relação entre narrativa e história. Neste sentido, problematizar os conceitos de narratividade e historicidade parecem fundamentais para a nossa reflexão, uma vez que as historicidades histórica e literária nos parecem construções distintas e simultâneas e, de certa forma, atemporais, considerando-se o que se conta na narrativa é a história da humanidade em seus diferentes tempos e espaços e planos na perspectiva ficcional ou factual.

No ensaio intitulado *Estrutura literária e função histórica* (2000, p.153), Antonio Candido aborda as razões e a maneira pela qual uma determinada produção literária é considerada importante para uma dada sociedade e ressalta a estrutura literária como base para a sua “função histórica ou social”. Essa informação contribui com os pressupostos defendidos nesta pesquisa, uma vez que o nosso objeto de estudo é um romance histórico que apresenta como tema as questões indígenas, reportadas ao final do século XVIII, mas que continuam na atualidade do ano 2020, sendo pauta de polêmicas discussões nos diferentes contextos da sociedade brasileira.

Assim, especificamente a questão indígena que é tratada no romance *Guerra no coração do Cerrado* e que se refere a um acontecimento no final do século XVIII, pode ser abordada de diferente prisma na atualidade, seja privilegiando personagens, partes do enredo ou a narrativa como um todo. Neste sentido, para ampliar a compreensão sobre o romance analisado, é imperativo que se analisem os elementos presentes na narrativa e os contextualizem tanto no tempo ao qual o enredo alude quanto no tempo da produção da narrativa, para que se possa perceber a “organização formal de certas representações mentais, condicionadas pela sociedade em que a obra foi escrita” (CANDIDO, 2000, p. 153).

Estas representações mentais podem ser entendidas como um modelo de compreensão do mundo, ditado pela própria sociedade em que um indivíduo está inserido. Portanto, há de se considerar a dimensão real e a dimensão subjetiva que implicam estas representações.

O romance *de Silveira* (2006) pertence ao conjunto de narrativas que abordam o tema indígena na literatura do Brasil, porém o faz em uma perspectiva de crítica aos efeitos dominantes da colonização. Neste sentido, parece-nos, neste ponto, existir um distanciamento provocado pelo decorrer da própria história da literatura

brasileira, entre os escritores do romantismo e os escritores contemporâneos no que se refere à figura do sujeito indígena como um “mito nacional” (CANDIDO, 2000 p.155).

No caso do romance analisado, “o espírito da prosa” (TEZZA, 2012) parece ultrapassar o terreno do entretenimento de uma narrativa romântica no sentido da busca da felicidade pelos seus personagens. Longe disso, Silveira (2006) aponta os efeitos do processo de colonização e a naturalização da violência imposta, em forma de lei, pela sociedade dominante aos indígenas e aos seus territórios assim como a prática antiga da devastação dos recursos naturais em territórios nacionais.

Neste sentido, Silveira (2006) apresenta aos seus leitores uma ficção que se nutriu de um acontecimento histórico do Brasil, a colonização portuguesa, e destaca no contexto fabular os impactos sofridos pelos povos indígenas e seus territórios. De acordo com Antonio Candido (2000 p.162):

A literatura é essencialmente uma reorganização do mundo em termos de arte; a tarefa do escritor de ficção é construir um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrências, sentimentos, representados ficcionalmente conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada, que mantém a estrutura da obra.

Esteves (2010) afirma que, na atualidade, os escritores tomam com frequência razoável fatos históricos como matéria-prima para suas produções. Romancear a história ou transformar parte de história em romances não significa uma oposição ou correção do discurso histórico, embora possa ter uma pitada de cada uma dessas possibilidades, mas é uma forma de apontar o futuro imaginário, que não sabemos onde está, mas que talvez seja melhor em termos de respeito às diversidades.

Finalmente, Esteves (2010) aponta que o romance histórico é essencialmente importante porque resgata a memória coletiva e propicia ao leitor a oportunidade de conhecer a história pela ótica da ficção e suas inúmeras possibilidades de recontá-la. Assim, destacamos Damiana da Cunha e o Cerrado para, a partir do contexto fabular, buscarmos informações históricas que subsidiem a nossa investigação sobre esses elementos. Desta forma, é possível, por meio da literatura, revisitar parte da história de Goiás, entendê-la na perspectiva ficcional e histórica por diferentes prismas e enfoques.

## 2.2 A história romanceada

O romance *Guerra no coração do Cerrado* inicia-se com o narrador relatando a chegada de um grupo de indígenas à Vila Boa de Goiás

Esse evento foi intencionalmente planejado pelo governador Luiz da Cunha Menezes, que almejava o aldeamento dos índios Cayapó como um triunfo que possibilitaria sua ascensão profissional e também sua partida de Vila Boa para uma província melhor. Isso, porque Vila Boa era considerada pelo governador o pior lugar do mundo, ambiente trepidado pelas solidões do sertão, perigoso pela proximidade com diferentes povos indígenas, sendo os Cayapós um dos mais temíveis:

Desde que chegara a esta Vila de fim de mundo, três anos atrás, aguardava esta manhã. Era sua bela vitória. Seu grande feito. Seu, queira o bom Deus! Passaporte para sair dali. Para isso viera, entre outras coisas: para dominar e vencer os belicosos índios da nação Cayapó. Se não conseguira muito mais naqueles anos de desconforto e frustrações nesse lugar esquecido de Deus, e certamente também do Diabo, porque nem o Diabo, se pudesse, escolheria viver naqueles cafundós, pelo menos isso ele conseguiria: pacificar os selvagens (SILVEIRA, 2006, p.16).

O objetivo de Cunha Menezes era mostrar o poder bélico dos não indígenas e assim impressionar e intimidar os índios para que eles se submetessem ao processo de aldeamento. Aldear, naquele contexto, significava subordinar os indígenas ao poder dos colonizadores com falsas promessas de proteção, para que o processo de colonização avançasse com a ocupação pastoril e, sobretudo, possibilitasse a extração de ouro e pedras preciosas que seriam encaminhados para a Coroa Portuguesa.

Para convencer os cayapós a aproximarem-se dos não indígenas, Cunha Menezes organizou uma bem-sucedida expedição comandada pelo soldado José Luiz Pereira, que conhecia os costumes indígenas e também a forma de persuadi-los com presentes e a falsa ideia de proteção:

Cinco meses depois teve primeira e alvissareira satisfação de ver o soldado chegar com um grupo de 36 índios, persuadidos a virem conhecê-lo, a ele, o governador, o Grande Capitão. O grupo veio com um velho cacique, de nome Romexi, enviado como representante do cacique principal dos Cayapó, de nome Angraíocha, para verificar se eram verdadeiras as promessas do soldado Pereira (SILVEIRA, 2006, p.19).

Havia por parte do governador Cunha Menezes uma perspicácia para lidar com a vaidade dos cayapós: fazia-os se sentirem importantes, dignos de toda honraria que lhes eram dispensadas. E por toda força, postura e reconhecido poder, demonstrados por meio de suas artilharias, os não indígenas despertavam nos cayapós sinceros sentimentos de admiração e respeito: “O velho Romexi e sua comitiva, com suas plumas e pinturas coloridas, bordunas e arco e flecha, olharam tudo aquilo com encantada admiração e profundo respeito” (SILVEIRA, 2006, p. 20).

O grupo, depois de visitar e ser convencido que a vida era muito melhor no aldeamento em São José de Mossâmedes do que nas matas, voltou à aldeia para levar presentes e convencer seus iguais a aceitarem a condição de aldeamento. São José de Mossâmedes ficava distante a sete léguas de Vila Boa, que convertidos para as medidas usadas atualmente seriam por volta de 30 quilômetros.

No romance de Silveira (2006), andariando entre história e ficção, o narrador diz o seguinte sobre o Aldeamento de Mossâmedes:

[...] o barão criou a aldeia de Mossâmedes, em 1774. Sua pretensão – abstrata, racionalista e a serviço de Portugal – era fazer um estabelecimento regular e permanente sob direção laica, tão admirável que provocasse o desejo de todos os nativos de se aldear. Era implantar, no coração de Goiás, algo que fosse como um modelo da nova política do governo português em relação aos índios. [...] E se Mossâmedes, no seu auge, chegou a ter milhares de habitantes entre tribos de acroá, xacriabá, javaé e Karajá, seus habitantes nunca foram nem estáveis nem produtivos e muito menos felizes. Os índios iam conhecer o aldeamento, ali moravam algum tempo, e logo concluíam que não desejavam permanecer. Não queriam a imposição da civilização que significava, para eles, mudança forçada de seu estilo de vida, exploração de sua mão-de-obra, cerceamento de sua liberdade. E fugiam. Ou morriam com as doenças dos brancos (SILVEIRA, 2006, p.143).

De acordo com Suelen Siqueira Júlio (2015), a historiografia já mencionava os aldeamentos como parte do projeto colonial desde o século XVI, com o objetivo de ensinar os indígenas a viverem de outra forma e, assim, serem explorados como mão de obra principalmente para a agricultura.

Ao descrever a volta de um grupo maior de índios comandados pelo chefe *Angraíocha*, o narrador do romance salienta, com detalhes, o traje, os adornos e as

armas que eram peculiares ao povo *Cayapó* e os distinguiam de outros grupos indígenas:

São guerreiros reluzindo vermelhos, pintados com riscas azuladas, amarelas e brancas. Nos cabelos braços e pernas, as plumas coloridas dos pássaros do Cerrado. Nas costas, aljavas repletas de flechas; nas mãos e ombros, os arcos enormes e as temíveis bordunas em cujo manuseio eram mestres. Por baixo da pintura feérica, a pele avermelhada, e os cabelos negros, duros, volumosos, chegando até o ombro, cabelos queimados à altura das sobrancelhas com carvão aceso, o rosto redondo e largo, olhos pequenos e escuros, narizes achatados, lábios grossos, dentes alvíssimos e completos. Nas orelhas e nos lábios inferiores perfurados os adornos de madeiras típicos da nação *Cayapó* (SILVEIRA, 2006, p. 24).

O número e a imponência dos indígenas causaram pavor aos habitantes de Vila Boa, inclusive em Dom Luiz que, apesar de seu temor, manteve-se em posição de chefe que recebe outro chefe igualmente importante. Este cerimonial de recepção com sinos, estrondos e a presença dos soldados, a aproximação e a saudação de Dom Luiz selaram, naquele momento, a possibilidade de convivência entre os dois povos:

Atrás do cacique *Angraíocha* – soberbo, em pleno vigor de chefe guerreiro, com seu grandioso cocar de plumagem colorida, o corpo listrado de várias cores e riscado de cima a baixo com cicatrizes – vem uma índia quase idosa e, ao lado dela, uma criança. Uma menina de quatro para cinco anos que, pela primeira vez, vê o homem branco e sua espantosa aldeia (SILVEIRA, 2006, p. 25).

A criança a quem o narrador se refere é Damiana da Cunha Menezes, personagem central do romance, que foi criada como afilhada no palácio pelo então governador Dom Luiz, permanecendo como uma ponte entre os não indígenas e os *Cayapó* por mais de cinquenta anos, na tentativa de apaziguar o conflito entre esses dois povos.

Conforme descrito no romance, as crianças indígenas batizadas na Igreja Católica recebiam nomes e sobrenomes escolhidos por seus padrinhos. A pequena índia *Cayapó* teve seu nome e sobrenome escolhidos pelo padrinho Dom Luiz da Cunha Menezes.

Damiana inseriu-se na cultura dos não indígenas, aprendeu a língua e a doutrina católica, participou e apreciou, de acordo com a narrativa, dos cultos religiosos com o intuito de descobrir o segredo daquele povo, do poder que deles emanava, porque esta era a missão que lhe foi secretamente confiada por Romexio velho cacique: “Abrir seus olhos e seus ouvidos de panará e ver e escutar o que fazia e como fazia o homem branco” (SILVEIRA, 2006, p. 49).

Em 1783, Dom Luiz é transferido para a Capitania de Minas e a jovem Damiana volta a morar com seu povo no Aldeamento de Maria Primeira. Os caciques *Romexi* e *Angraíocha* ensinaram à Damiana saberes indígenas para que ela servisse e guiasse seu povo com sabedoria e maturidade.

Pesquisas históricas enfatizam a habilidade de Damiana em conviver simultaneamente com culturas diferentes e rivais, em transitar por ambos os espaços e atender aos interesses dos dois povos. A Coroa portuguesa insistia nos aldeamentos e os Cayapó não aceitavam a presença dos não indígenas em seus territórios. Segundo a pesquisadora Suelen Siqueira Júlio (2015), Damiana liderou e conduziu diversas expedições pelo interior do Cerrado goiano em busca de contato com índios que haviam fugido ou eram resistentes ao aldeamento.

Nota-se, no romance analisado, o sentimento de pertencimento da personagem Damiana em relação ao seu povo e ao lugar: “ali em sua aldeia todos os olhos se movem junto com ela. Todos a amam. Todos fazem uma festa permanente para suas coisas. Todos riem com ela – não dela – o tempo todo” (SILVEIRA, 2006, p.87).

Percebe-se Damiana integrada à sua comunidade. O aspecto positivo da convivência, uma integração coletiva, caracterizada pelo sentimento de amor pelo Cerrado e conhecimento dos ciclos naturais: “É tempo de muitas danças ao redor da fogueira à noite. De celebração do mundo que amam. Eles amam a vida, amam a terra, amam o cerrado que conhecem profundamente” (SILVEIRA, 2006, p.87). Explicitamente, o narrador revela os sentimentos topofílicos dos *Cayapó* pelo lugar.

Segundo Yi-Fu Tuan (2013, p.7), “o lugar é construído a partir da experiência e dos sentidos, envolvendo sentimento e entendimento, num processo de envolvimento geográfico do corpo amalgamado com a cultura, a história, as relações sociais e a paisagem”. Esta ligação afetiva do sujeito com o meio, Yi-Fu Tuan (2013) conceituou-a como “topofilia”.

Para Carlos (1996), o lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos. O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisada pela tríade habitante-identidade-lugar. Desse modo, não há ação e nem narrativas sem um lugar.

Tuan (1983) acrescenta ainda que os lugares, assim como os objetos, são núcleos de valor, e só podem ser totalmente apreendidos por meio de uma experiência total que engloba relações íntimas. Para Relph (1980), o lugar deve ser analisado a partir das experiências diretas do mundo e da consciência que temos do ambiente em que vivemos.

Assim, no Cerrado, os cayapós, numa relação integrada com a natureza, construíram lugares de sua existência, identidade e memória. Contudo, o contato com o colonizador, marcado pelo enfrentamento de mundos, seus lugares de vida e cultura foram conspurcados, rasgados e vilipendiados. Foram transformados em territórios disputados, apropriados pela lógica econômica do colonizar para explorar ouro ou sulcar as terras para agricultura ou criação de gado.

Com efeito, é neste mundo em conflito que a personagem Damiana se movimenta. Segundo Júlio (2015), Damiana exerceu papéis diferentes conforme a necessidade que ela identificava em algum momento, pois, com a mesma naturalidade que estava inserida na cultura do não indígena, cumprindo regras sociais e religiosas, também adentrava nua nas matas como qualquer índia Cayapó, nas expedições que liderava.

Na ficção, Damiana ocupa o espaço de heroína, pois liderou seu povo por mais de cinquenta anos, na tentativa de salvá-los contra as investidas dos colonizadores e da dizimação, mesmo que a única solução fosse os aldeamentos. O romance termina enfatizando a personagem Damiana introspectiva, reavaliando suas decisões como líder e mediadora diante da derrota de seu povo naquele momento.

De acordo com o enredo do romance, os índios Cayapó defendiam o Cerrado como lugar de suas experiências existenciais, dotado de valores sentimental e espiritual porque ali viveram seus ancestrais. “Na verdade, tudo ali é muito mais que milenar, é da ancestralidade primeira da vida, mas isso nem Romexi sabe” (SILVEIRA, 2006, p. 90).

Diferente era o valor dado pelos não indígenas ao Cerrado, que concebia os territórios indígenas como locais ricos em ouro e pedras preciosas que estariam disponíveis para quem chegasse primeiro. “E foi justamente no território tradicional dos Cayapós que descobriram as minas de diamante e ouro” (SILVEIRA, 2006, p.38).

Para os Cayapó, o Cerrado era historicamente seus lares, culturalmente o local de suas aprendizagens, suas cosmologias, seus sustentos e socialmente onde a convivência entre seus iguais acontecia. Percebe-se, na análise da narrativa, que as experiências individuais e coletivas são fatores importantes que sustentaram a vinculação dos Cayapó com seu território, seu lugar de vida e cultura.

Nesse contexto, o lugar topofílico como explicado por Tuan (2013) é basilar para compreender as razões pelas quais os indígenas defenderam com tanta determinação o Cerrado como seus lugares de existência coletiva, pois era o território carregado de significados afetivos e pragmáticos que envolvia a vida no sentido de sua subsistência, bem como a compreensão da morte quando acreditavam na presença dos espíritos dos antepassados.

No romance, os sentimentos topofílicos são também evidenciados no aspecto mítico, tanto na dimensão individual quanto coletiva, com o entendimento das personagens que no mesmo território que estavam os vivos, residiam também os sábios espíritos de seus ancestrais: “Um dia haverá que os espíritos dos nossos antepassados nos iluminarão então saberemos como agir” (SILVEIRA, 2006, p. 105).

Embora o enredo do romance estudado tenha como referência temporal o século XVIII, é possível entender a relação dos indígenas com seus territórios de origem a partir de teorias e conceitos atuais, que discutem a relação do sujeito com o espaço na modernidade. Para Marc Augé (1994), um espaço só pode se definir como lugar se for o local da convivência, de trocas e de sentimento de pertencimento individual e coletivo. Além disso, o lugar deve apresentar características identitárias, relacionais e históricas. Afirma também que a ausência dessas características indica o não-lugar, ou seja, um espaço impessoal, sem significado, apenas transitório como os meios de transportes, hotéis e outros.

No entanto, destaca-se que o mesmo teórico elucida que tanto os lugares quanto os não-lugares podem sofrer modificações em razão da dinamicidade das relações interpessoais. Neste sentido, é possível identificar no romance *Guerra no*

*coração do cerrado* (2006), os aldeamentos como espaço da transitoriedade, do restrito convívio social e, portanto, do enfraquecimento das práticas culturais da etnia Cayapó que tradicionalmente e antes do aldeamento se davam de modo coletivo. “Dançavam sozinhos, formando um círculo, sem se darem as mãos” (SILVEIRA, 2006, p.141). Este fragmento do romance aponta por meio do comportamento dos personagens, o aldeamento como o não-lugar, ou seja, um local de passagem, sem história e sem sentido para o povo Cayapó.

A narrativa apresentada pelos personagens no decorrer do enredo deixa clara a dicotomia de visão de mundo, de natureza, de pertencimento ao lugar. O conceito de terra, por exemplo, na visão capitalista, tem sentido voltado ao lucro, à valoração monetária, ao suposto "desenvolvimento" para os povos indígenas. Segundo Ramos (1986, p. 13):

[...] a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural - é tão importante quanto este - é um recurso sociocultural.

No contexto do romance, nota-se que o Cerrado é sagrado. Na visão de Damiana, percebe-se este aspecto sagrado do Cerrado em determinados pontos como os santuários, espaços propícios para a meditação e a introspecção. Um lugar onde é possível encontrar soluções para os problemas que ela precisa resolver. “Damiana precisa meditar, refletir. Decide ir ao santuário dos antepassados” (SILVEIRA, 2006, p.148).

A cultura do povo Cayapó, representado pela índia Damiana, constitui-se um elemento interessante de análise, pois alude ao espaço natural uma perspectiva que transcende. Segundo Mircea Eliade (1992, p. 17), para o homem religioso o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes de outras”, ou seja, a sacralidade ou a relação do sujeito com o sagrado manifesta-se por meio de diferentes culturas e percepções.

Na concepção de Eliade (1992), entende-se por homem religioso aquele que admite um sentido transcendente para sua existência. No romance analisado, a natureza e a exuberância do Cerrado constituíam o espaço sagrado para o povo Cayapó. Desta forma, a invasão dos territórios indígenas pelos colonizadores e os

aldeamentos significaram a violação de suas crenças e, portanto, a instalação da expropriação, da violência e da hecatombe.

Outro aspecto identificado no romance foi o tempo histórico e o “tempo da natureza” pela percepção da personagem Damiana, como descreve o narrador nos fragmentos que se seguem: “Dessa vez, é tempo de seca, mas ela [Damiana] nota folhas mordiscadas por burros, onde antes não passava burro. Repara nas moitas de capim pisoteadas por botas do homem branco, onde antes não passava brancos” (SILVEIRA, 2006, p. 209). A personagem conhecia o Cerrado e, portanto, sabia e podia distinguir naquele espaço as modificações sofridas pela presença dos não indígenas. É possível perceber, na narrativa, a integração das personagens com natureza e a percepção dos ciclos naturais:

Outro [momento de alegria] era a hora em que o sol nasce e a hora que ele se põe. Quando esses momentos do dia a encontram em algum lugar de planura aberta e não na mata, ela se deixa mergulhar na perfeita beleza que a envolve e fica ali, quieta, contemplativa, orgulhosa: é a sua terra e seu sol. (SILVEIRA, 2006, p. 209).

De acordo com Tuan (2013), o lugar é também o espaço da experiência pessoal. Nesse fragmento da narrativa, a personagem Damiana se mostra introspectiva diante da beleza dos movimentos do sol e, ao mesmo tempo, demonstra segurança e orgulho ao dar significado ao que sua visão podia alcançar, manifestando sentimentos topofílicos em relação ao Cerrado. O pertencimento é um elemento presente na relação do sujeito com o espaço e seu lugar de vivência. Desse modo, a personagem Damiana concebia como sendo seus a terra e o sol, o que pode ser entendido como uma sensação de pertencimento e de vínculo afetivo.

Os relatos de Saint-Hilaire (1995, p.61) fazem referência ao Cerrado destacando o solo arenoso e pedregoso com amontado de pedras enormes, umas sobre as outras, de onde nascem árvores “enfzadas”, como uma condição adversa para a habitação europeia, mas não para os Cayapó. Na visão da personagem Damiana, esta visão é assim descrita pelo narrador:

As grandes pedras amontoadas umas sobre as outras formam figuras que lhe são familiares. No meio delas crescem árvores que abrem os galhos para o alto como espíritos em expiação. Nas pontas, tufos de folhas de um verde claro. São como torres de pedra, uma aqui, outra

ali, criando a paisagem que é a mesma que ela vê muitas vezes em suas visões quando sonha. (SILVEIRA, 2006, p.201).

A relação entre a história e a ficção apresentada pelo romance histórico interfere positivamente no imaginário do leitor. Possibilita-lhe a percepção de espaços, lugares, fatos e suas possíveis dimensões, pela direção e sensibilidade do olhar poético do romancista. Árvores “enfezadas” e “espíritos em expiação” exemplificam a interferência à qual nos referimos.

No final do romance, a personagem Damiana avalia a ação devastadora da guerra ao deparar-se com morte de pessoas e a aniquilação das aldeias. Recordase de como era aquele espaço sem a presença dos não indígenas:

Atravessa uma pequena floresta, e seu coração de repente se fecha quando seus olhos caem sobre os destroços de uma roça recentemente queimada. Cinzas pretas e tocos carbonizados onde não devia ter restolhos de queimada e sim flores e o verde da plantação. Ergue a cabeça e vê bandos de urubus revoando ao longe. Muitos. (SILVEIRA, 2006, p. 245).

O que é possível perceber por meio das personagens do romance é que existe, de fato, uma relação entre a história e a ficção, no sentido de constatar, na atualidade, a manutenção da relação de poder entre indígenas e não indígenas. Consta-se também, ao relacionar a ficção com a realidade contemporânea, que a intolerância e demonização das diversidades socioculturais existentes em nosso país é uma constante embora muitas vezes velada.

Dessa forma, quando revisitamos o passado por meio da literatura, temos a oportunidade de visibilizar a história pela ótica do autor que a construiu. Assim, a leitura pode ser reconhecida como um processo interativo com o autor e os temas por ele abordados. A leitura do romance histórico permite ao leitor uma compreensão de fatos passados, como também lhe possibilita a interpretá-los de acordo com seus valores e crenças pessoais.

Ao considerarmos esta possibilidade de intercruzamento, vislumbramos os principais elementos que compõem o cenário da leitura: o autor, o tema e o leitor. O resultado dessa interação é a construção, por parte do leitor, de uma nova perspectiva de olhar para a história, moldada por seus componentes subjetivos, que lhe são ofertados pela ótica da ficção.

Assim, entendemos que o romance histórico vai além de uma leitura apenas de entretenimento. Este gênero literário cumpre também um importante propósito de impulsionar seus leitores a uma atitude crítica da história das sociedades humanas, um novo olhar sobre os fatos antes contados pelo viés da literatura. No caso do romance de Silveira (2006), ao apresentar como protagonistas os povos indígenas, oferece a oportunidade de, por meio da ficção, desenvolvermos um olhar crítico e profundo da formação Brasil e particularmente de Goiás. Ademais, de protagonistas da narrativa literária os próprios indígenas também passaram a serem autores de suas literaturas, escrevem suas histórias e, ao fazê-lo, possibilitam novos olhares para sua cultura, território e história.

## CAPÍTULO 3

### POVOS INDÍGENAS, PERSONAGENS OU PROTAGONISTAS DO FAZER LITERÁRIO?

Eu tenho um forte apego às narrativas ancestrais. E eu procuro - na verdade, talvez essa tenha sido a razão do sucesso dos meus livros - trazer uma linguagem para a literatura infantil e juvenil que é muito próxima da narrativa oral, próxima à oralidade. Os meus escritos são falados, praticamente. As pessoas conseguem me escutar quando leem meus livros. Elas não apenas me leem, mas me escutam também. É claro que a temática vai nessa mesma corrente, porque, embora tenha escolhido o público infantil e juvenil para conversar sobre a cultura indígena, eu, na verdade, escrevo para todo mundo. Eu escrevo para as infâncias que moram nas pessoas. Então acho que os temas que eu escrevo são todos temas universais, embora utilizando uma linguagem que a criança entenda e os adultos, na sua infância, também possam entender. É assim que trabalho a questão do tempo, a questão da territorialidade, questões ligadas a nossas demandas, questões que têm a ver com educação, com saúde (MUNDURUKU, 2017, p.21).

Antes que os brancos chegassem, os paraná viviam com tranquilidade e contentamento no amplíssimo território dos ancestrais. Viviam em aldeias, cada uma com seu cacique. Dormiam nas choças de palha, espalhadas de forma circular, com a Casa dos Homens no centro do pátio, onde os homens adultos se reuniam para deliberar sobre os assuntos da aldeia. Alimentavam-se da caça, pesca e da plantação de milho, batata e legumes. Tinham inimigos, como os índios goyá, mas eram todos povos do mato como eles, mais fortes ou mais fracos, mas todos mais ou menos semelhantes (SILVEIRA, 2006, p.31).

A análise de narrativa é uma alternativa que permite ampliar o entendimento da linguagem literária, dos gêneros literários e do emprego da língua em seus recursos e expressividade. Assim, para análise de elementos narrativos, torna-se necessária a conceituação desses elementos como condição essencial para identificá-los no romance. Desta forma, este estudo se limitará aos conceitos aqui apresentados.

Enredo: conjunto de fatos narrados que geram a história ou trama dando-lhe uma estrutura e a característica ficcional. De acordo com Gancho (2004, p.10-11), o conflito é o “elemento estruturador que organiza os fatos da história e prende a

atenção do leitor”. Este elemento abarca a ideia de crise pessoal e oposição, seja de um ou mais personagens ou entre eles ou entre os fatos, o ambiente ou outros. No caso do romance *Guerra no coração do Cerrado* (2006), a guerra entre indígenas e não indígenas é o elemento estruturador da narrativa.

Como já foi dito anteriormente, os fatos narrados não precisam ser verdadeiros, não precisam ter acontecido de fato, mas precisam estar contidos na lógica do enredo em uma perspectiva de causa e efeito que convença o leitor a acreditar naquilo que está lendo. “A nível de análise de narrativas, a verossimilhança é verificável na relação causal do enredo, isto é, cada fato tem uma causa e desencadeia uma consequência.” (GANCHO, 2004, p.10).

Assim, o romance histórico tem a peculiaridade de relacionar a ficção e a história no enredo e tecer, a partir de um ângulo escolhido pelo escritor e transmitido pelo narrador, uma versão do passado. No caso do romance analisado, o prisma escolhido pela autora da narrativa foi o conflito entre os colonizadores e as diversas etnias que habitavam o território goiano no final do século XVIII.

Este fato histórico, ao ser romanceado por Silveira (2006), enfatiza a desenfreada violência vivida de ambos os lados e a mediação da personagem Damiana da Cunha em busca de uma possível convivência entre os povos rivais.

Segundo Andrade (2004), o texto narrativo apresenta mudanças de ordem temporal, situacional e da realidade ficcional, em função das ações da personagem que é uma invenção do escritor, embora possa ser baseada em pessoas reais. Desta forma, a partir das características transmitidas pelo narrador de *Guerra no coração do Cerrado* (2006), buscaremos uma correspondência nos poucos documentos e relatos históricos sobre Damiana da Cunha, na perspectiva da relação entre a ficção e a história.

Portanto, o romance de Silveira (2006) é uma narrativa que possui o indígena como protagonista, mas feita por um sujeito não indígena. A literatura brasileira possui vários exemplos de narrativas sobre os indígenas, feitas por não indígenas, processo esse presente na formação do pensamento social brasileiro. Contudo, nos últimos anos, a narrativa literária passou a ser realizada pelos próprios sujeitos indígenas. Escritores indígenas fazem da palavra escrita uma forma artística de expressar seus mundos, combater as representações negativadas pela história ou pelo campo da própria literatura.

### 3.1 Povos indígenas: a tensão da palavra

O pesquisador Emerson Guerra (2004), expõe o que é uma síntese trágica: os povos indígenas brasileiros sofreram, em toda a história institucional, três tipos de violências estruturais. Primeiramente, a violência física, a partir da qual etnias inteiras foram dizimada após recusarem a escravidão. A segunda corresponde à violência sobre as suas terras e territórios. Se a primeira violência estrutural foi, atualmente, amenizada, a violência sobre as terras e sobre os territórios continua vicejando no Brasil atual e precarizando a vida de várias etnias indígenas. E, por último, a violência cultural e simbólica, na qual situa uma das mais dilacerantes atrocidades: o extermínio de suas línguas.

Esse processo é bem delineado pela estudiosa da literatura indígena, Selvia Carneiro de Lima. Ela diz que,

Se a violência corporal ainda incide sobre os povos indígenas que, agora, passam a ser vítimas da violência urbana, antigos problemas, tais como a demarcação de terras, ainda persistem. O pressuposto de que sem terra os povos indígenas não existem e que a luta pela terra é o centro da dignidade indígena, de sua cultura e de sua língua, desafia a sociedade brasileira (LIMA, 2016, p. 69).

A sociedade brasileira, conforme explana a pesquisadora, está desafiada, pois a violência sobre os povos indígenas ainda se mantem. A violência supera as dimensões enunciadas. Pode-se dizer que ela existe no imaginário da nação. Portanto, está presente entre trabalhadores, operários, gente simples. Golpeados que foram – e são – pela elite oligárquica, pela patronagem e por latifundiários, mediante a ideia de que “índio não é alguém”, em muitos casos, a violência se tornou um signo cultural do tecido social inteiro.

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), há existência no Brasil de 305 etnias indígenas. Portadoras de uma riqueza valiosa, essas etnias exercem a fala mediante 200 línguas. Essas informações servem de alerta e geram premissas para o conhecimento desse universo original constituídos pelos povos indígenas brasileiros.

O debate contemporâneo, focado por várias perspectivas, mediante as noções de identidades culturais, identidades territoriais, comunidades tradicionais,

territórios tradicionais, etnias, mesmo que posto a um conflito teórico que envolve fundamentos do marxismo, da decolonialidade, do identitarismo, ramificado em estudos da sociolinguística, da antropologia, da geografia, da sociologia, da história ambiental, da educação interdisciplinar, da literatura e de outros campos estão aludindo a algo central: a diversidade sociocultural brasileira.

Contudo, desde a empresa colonial até a consolidação do capitalismo dependente brasileiro, essa diversidade foi taxativamente debelada pelo modelo econômico extravertido, ou seja, vertido para fora. O autoritarismo que aqui se impôs, desde a chegada da metrópole portuguesa, via a diversidade sociocultural brasileira como entrave aos seus objetivos.

A dupla articulação do Estado brasileiro, em várias fases da história, tão bem considerada por Florestan Fernandes (2006), tratou de, num só golpe, fazer a exploração das terras, ignorar a diversidade étnica, explorar escravas, mulheres, indígenas e camponeses internamente para afeiçoar a dependência para fora.

Essa dupla articulação teceu a sua equação: o estado foi violento para dentro e frágil e entreguista para fora. Daí veio o exemplo de intolerância à diversidade. Porém, ao observar o mapa étnico do país, depara-se com a resistência diversa. O modo de falar o português nas diferentes regiões do país, as táticas de vida e de luta de povos camponeses, a organização de quilombos e a ação cultural de povos indígenas mesmo sob o crivo da violência, da inferiorização, do apagamento da memória e da triste destruição mantêm-se vivos. Os povos indígenas, embora pressionados, precarizados em seu modo de vida, agem, lutam e escrevem as suas páginas no livro do país.

Como foi dito, nesta pesquisa, desde o início, as estratégias de sedução, de acoplamento, de contaminação da vida original dos povos indígenas brasileiros são registros genéticos da história do Brasil. Esse registro ocorre com o reconhecimento de que o desenvolvimento e a afirmação institucional da formação da sociedade brasileira implicaram no extermínio de etnias e línguas indígenas. O capitalismo no Brasil, como em outros países, serviu-se da violência e se afirmou como tal. Lima (2016, p. 71) explica:

Os relatórios apontam que, além das pressões, da ambição de fazendeiros e da violência, vários fatores mantêm o quesito “demarcação de terras” como um problema grave. Dentre esses problemas, assinalamos a ambiguidade das políticas do Estado brasileiro em servir

ao grande capital e aos seus atores; pressão de fazendeiros e de industriais ou corrupção junto a funcionários do Estado; barganhas e negócios políticos entre membros do Executivo com os atores hegemônicos; processo ideológico que levam a sociedade envolvente a ter preconceitos com o modo de vida de povos indígenas, acusando-os de impedirem o progresso e a modernização de pequenos municípios; incompatibilidade entre as leis de preservação ambiental e as terras indígenas; enfraquecimento constante da FUNAI e, especialmente, redução de funcionários comprometidos com a causa indígena; morosidade jurídica no processo de demarcação (LIMA, 2016, p.71).

Povos indígenas sempre foram culpabilizados pelo Brasil não ser moderno. O mesmo ocorreu com povos camponeses. Contudo, conforme explica a geógrafa, foi a modernização que, mais uma vez, violentou os povos indígenas. Vale reconhecer que cada etnia, caracterizada por sua cultura e por sua história, possui uma contextualidade espacial. Os contextos específicos de cada povo informam a situação espacial, cultural, jurídica e social dos seus problemas e dos seus enfrentamentos.

Não é de hoje a manutenção de problemas como as ameaças feitas por mineradoras, madeireiros, bem como a grilagem das terras e a sua fragmentação. Em muitos casos, ocorre o agenciamento do turismo de praia e sol, a construção de usinas hidrelétricas, a ação do agronegócio, a urbanização adjacente às aldeias, a intoxicação de rios e a redução da biodiversidade. Tudo isso implica na organização dos territórios indígenas, nas suas crenças, nas suas línguas, nas suas moradias.

[...] os usos que os índios fazem do seu território, bem como sobre as representações que sobre ele vieram a elaborar. O que inclui desde as práticas de subsistência (como coleta, caça e agricultura) até atividades rituais (como o estabelecimento de cemitérios ou outros sítios sagrados), passando por formas sociais de ocupação e demarcação de espaços (como a construção de habitações e a definição de unidades sociais como a família, a aldeia e a “comunidade política” mais abrangente). Por sua vez as representações sobre o território devem ser investigadas em todas as dimensões e repercussões que possuem isso atingindo não só o domínio do sagrado (onde entram as relações com os mortos, às divindades e os poderes personalizados da natureza), mas também as classificações sobre o meio ambiente e suas diferentes formas de uso e de apropriação, ou ainda as concepções sobre autoridade, poder político, relação com outros povos indígenas e a presença colonial do homem branco (OLIVEIRA, 1998, p. 288).

As palavras do autor revelam o sofrimento dos povos indígenas. Revelam também que a sua identidade cultural depende do modo pelo qual o território brasileiro foi constituído e é significado. Além disso, demonstra a necessidade de se colocar, como uma questão nacional de justiça histórica, ambiental e humana, o respeito aos povos indígenas. Isso é o que, a partir de 1990, vai fundamentar o movimento de escritores indígenas.

Depois da Constituição brasileira de 1988, a fermentação política em torno das conquistas sociais e dos direitos humanos logrados na carta, deram impulsos a uma série de articulações, movimentos culturais, ativismos, organizações e invenções de territórios simbólicos de intervenção. Somou-se a isso o fato de a modernização conservadora, por ter sido um reforço geopolítico de pressão às terras camponesas e indígenas, gerar uma profunda migração do tipo rural-urbana e também de povos indígenas.

O desdobramento dos efeitos territoriais da modernização conservadora culminou com uma urbanização acelerada, desigual e desenfreada. Nesse contexto, vários sujeitos indígenas migraram para as cidades, especialmente para as metrópoles. Em pé da migração, os sujeitos indígenas desaldeados passaram a aprender a língua portuguesa, ora em um processo de assimilação obrigatória, ora por uma violência comunicativa.

Estavam dadas as condições para que os sujeitos indígenas, vivendo em meio ao espaço urbano, procurassem na literatura uma forma de afirmação étnica. Lima (2016, p.76) explica:

Indígenas em movimento abrange a ideia de rumo, direção, caminhada. Quem se movimenta, desloca-se de uma posição para outra. É nesse sentido que Daniel Munduruku, Edson Kayapó, Cristino Wapichana, Eliane Potiguara, e tantos outros, redigem o convite para um diálogo intercultural que tenha no processo educativo uma das balizas essenciais para a construção de novas bases socioespaciais assentadas no respeito e valorização da sociodiversidade existente, na perspectiva do direito da pessoa humana e dos coletivos culturais.

A literatura brasileira foi, aos poucos, juntando escritores indígenas e não indígenas para um grito uníssono: o Brasil precisa respeitar os povos indígenas. Mas, além disso, fundindo os costumes da oralidade encantada de sua cultura aos gêneros e estilos literários canonizados, os escritores indígenas passaram a criticar

o silenciamento, o aviltamento, a inferiorização. A literatura passou a ser um grito por justiça e o fazia com histórias encantadas.

Os povos indígenas teriam que falar, eles mesmos, sobre os seus problemas, assim como denunciar e mostrarem as suas feridas. Essas eram e são as funções de suas palavras. Daniel Munduruki, uma das lideranças do movimento, revela:

Nossa literatura está intrinsecamente ligada à nossa compreensão cosmológica. Ela não é redutível a conceitos ou definições capazes de fazer descrições sobre possibilidades de se encaixar aqui ou ali. Ela é um modo de se posicionar em um mundo em constante mutação. Não necessariamente ao mundo atual e às suas transformações. Nossa literatura é anterior ao quadradismo ocidental e à mesquinha capitalista; ao endeusamento do indivíduo em detrimento do coletivo; ao encapsulamento dos conceitos promovidos pela escrita; ao esfacelamento do humano a favor da máquina. Nossa literatura está além das cosmologias étnicas trazidas pelas ciências humanas que deformaram as essências colocando em seu lugar aparências conceituais criadoras de divisão. (MUNDURUKU, 2008, p. 9).

A visibilização de sua sabedoria, a enunciação de seus problemas, a reflexão dialógica a qual a literatura é capaz de gerar, a consciência do modo que se trabalha o cânone de origem europeia, sob a tomada de decisão coletiva, teriam um espaço de fala na escritura indígena. Lima (2016, p.79), com intensidade, explica o processo dizendo que,

Oriundas da tradição oral, marca indelével das sociedades indígenas, as narrativas das histórias e crenças de vários povos são transformadas em escrituras que sulcam páginas e alcançam pessoas e lugares diversos. Narrativas que revelam a cosmovisão e as cosmologias de cada povo ressoam além das fronteiras das aldeias. Assim como Daniel, o Munduruku, há Potiguaras, Wapichanas, Guaranis, Krenaks, Maraguês, vozes que alçaram sua força ao registrarem a memória coletiva de seu povo. Escritores que compõem sua trajetória literária pela vivência e circulação em espaços híbridos: da aldeia para o mundo. É nessa ponte experienciada por cada escritor indígena, que se alonga do local ao global, que as raízes de suas culturas encontram-se, portanto, com o mundo moderno. E nele o aporte da escrita posiciona-se como mais uma ferramenta de sobrevivência e construção de suas identidades como nos ensina, mais uma vez.

Povos indígenas falam de si mesmos e contando as suas histórias. Gente da universidade, pesquisadores, professores; literatos, cronistas, jornalistas, em arco aberto, como tem sido demonstrado nessa pesquisa. Militantes dos movimentos sociais, admiradores da causa e, especialmente, brasileiros que não se apaziguam com a violência e com a injustiça, descubrem o sentido insurgente da palavra.

Entretanto, há uma tensão no dizer. Especificamente sobre a literatura feita por escritores indígenas, pergunta-se ao sair da oralidade à dimensão da escrita, há perdas estéticas e políticas? Pergunta-se também se acadêmicos possuem autoridade para falar de povos indígenas?

Essas perguntas – e outras – que adentram a matéria da dicção literária e de qualquer dizer colocam em jogo o sentido político da representação. Trocando em miúdos, isso pode ser posto assim: povos indígenas falam de povos indígenas com a palavra de dominadores o que parece ser um problema. Um problema pode ser pesquisadores, literatos, jornalistas falarem, com a sua sintaxe, morfologia e semântica sobre o que é do outro. O maior é problema, contudo, é todos silenciarem-se. Certamente é problemático o silêncio, como problemático é falar demais, no sentido de afirmações que estão longe da realidade de determinado povo. Todos os dizeres constroem o mundo, ativam a consciência, orientam ações, expõem modos de ver e pensar – e são passíveis de crítica, interrogação e interpretação. Neste sentido, consideramos que tanto as pesquisas quanto os discursos dos não indígenas falam sobre os povos tradicionais e não por eles.

Nessa rica tensão, a literatura feita por escritores indígenas ganha curso e volume. Nela se encontram ecos de uma voz que luta para organizar o pertencimento, para a afirmação étnica, para a sua integridade ética. É também um meio de substantivar a memória e de não aceitar ser engolido pela máquina social violenta. Ao escreverem crônicas, romances, novelas, poesia, os escritores indígenas querem defender a si e participarem da sociabilidade do mundo. A poetisa Eliana Potiguara, num de seus poemas mais emblemáticos e conhecidos, apresenta o tônus político dessa literatura:

que faço com a minha cara de índia?  
 e meus espíritos e minha força e meu tupã e meus círculos?  
 que faço com a minha cara de índia?  
 e meu toré e meu sagrado e meus “cabôcos”  
 e minha terra  
 que faço com a minha cara de índia

e meu sangue e minha consciência e minha luta e nossos filhos?  
 (...) barriga brasileira ventre sagrado povo brasileiro ventre que  
 gerou o povo brasileiro  
 hoje está só ...  
 a barriga da mãe fecunda  
 e os cânticos que outrora cantavam hoje são gritos de guerra contra  
 o massacre imundo  
 Nosso ancestral dizia: temos vida longa  
 Mas caio da vida  
 E range o armamento contra nós  
 Mas enquanto eu tiver o coração aceso  
 Não morre a indígena em mim  
 E nem tampouco os compromissos que assumi  
 Perante os mortos (POTIGUARA, 2004).

Canto de braveza, poesia-documento e rito de consciência, o poema sintetiza o movimento de escritores indígenas, a sua dedicada intenção de aglutinar estética e política. Como no poema, toda a escritura indígena quer chamar a atenção da sociedade brasileira para não silenciar-se. Voz da voz indígena, a literatura é concebida como punho brando e como signo de amor próprio.

Logo, o fazer literário pelos próprios escritores indígenas diz de seu mundo e suas lutas. É também um fazer literário de intervenção contra o apagamento de suas memórias. Por outro lado, há a literatura que representa os indígenas, feita por não indígenas. Nela esses sujeitos são personagens de narrativas. É o caso de Damiana da Cunha, que protagoniza o romance *Guerra no coração do Cerrado*.

### 3.2 Damiana da Cunha

Damiana da Cunha Menezes é um sujeito histórico e sobre ela e sua relação com os indígenas e não indígenas como mediadora da paz, tem despertado em pesquisadores de diferentes áreas o interesse em compreender a sua importância para a história de Goiás. Contudo, pouco se sabe sobre sua história, pois, apesar de sua importância e lugar na formação de Goiás, houve um silenciamento seu e de seu povo na historiografia goiana. Seu nome e seus feitos, assim como de seu povo, não ganharam protagonismo na história oficial. Foram vítimas não apenas da pilhagem e da hecatombe, mas também do apagamento de sua memória.

Sobre a cayapó Damiana, em um ensaio escrito por Bernardo Élis, é dito o seguinte:

Em Mossâmedes viveu e atuou essa mulher nunca suficientemente louvada, essa santa, essa heroína, essa (me ajudem com mais elogios, gente!) Damiana da Cunha. Eu pessoalmente implico que esse Cunha que lhe foi imposto pela impostura do Governador Luis da Cunha Menezes, pensando que isso era uma honra para Damiana, quando na verdade é o contrário: sua memória tão denegrada como Governador de Minas Gerais ameiga-se pela ligação com Damiana da Cunha. Ela era uma princesa (será que isso importa!), neta do cacique caiapó Angraho-Chá e de sua mulher Xiunequá, desses caiapós terríveis que dominavam o Brasil desde São Paulo até o Estado do Mato Grosso [...] Em Mossâmedes Damiana Caiapó (deve ser Caiapó e não Cunha) foi criada, educada, ali viveu com seus irmãos selvagens. Dali partiu diversas vezes em defesa de sua gente, até que na última vez retornou doente, velha e lá faleceu e lá foi enterrada. Orai por ela! (ÉLIS, 1985, p.42).

O romance *Guerra no coração do Cerrado* (SILVEIRA, 2006) aborda de forma ficcional a trajetória dessa mulher indígena, afastando-a da representação heroica e contextualizando-a em uma dimensão humana, com suas fragilidades e, sobretudo, com seus erros que custaram, dentro do entendimento da personagem, a dizimação de sua cultura e de seu povo. No contexto fabular, Damiana da Cunha ocupa uma posição de apaziguadora entre dois povos rivais.

Nos poucos contextos histórico e documental, há uma sacralidade construída em relação à vida e às atitudes de Damiana que merecem ser reinterpretados, levando-se em consideração o desfecho da história do povo Cayapó. Essa constatação impulsiona esta pesquisa para costurar partes da história e da ficção de modo a urdir com mais clareza a trajetória de Damiana da Cunha.

A pequena índia Cayapó chegou à Vila Boa em 1781, fazendo parte de uma comitiva de “duzentos e trinta e sete indígenas” a convite do então Capitão-geral Luiz da Cunha Menezes, numa tentativa de estabelecer a paz entre eles (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 63).

No romance, a cena da chegada dos indígenas cayapós na cidade habitada por não indígenas é descrita pelo narrador como uma visão do todo: “No conjunto, é uma nuvem de carne e osso avermelhando a cidade e fazendo ressoar o barulho surdo da batida ritmada de quinhentos pés Cayapós” (SILVEIRA, 2006, p. 24).

O cerimonial de recepção para os indígenas foi estrategicamente planejado pelo então governador Dom Luiz da Cunha Menezes, para impressionar o povo Cayapó. Havia sinos, estrondos e a presença dos soldados e de intérpretes. Os dois povos sabiam que aquele momento era único e decisivo. A aproximação e saudação de Dom Luiz ao chefe Angraíocha selaram, naquele momento, a possibilidade de convivência entre os dois povos. Neste dia, estavam entre os seus a pequena índia Cayapó e seu irmão, os quais mais tarde receberam os nomes de Damiana da Cunha Menezes e Manoel da Cunha, respectivamente, de acordo com o romance:

Quando o vigário chama a primeira da fila, justamente a menina ao lado de uma menina menor, que ele advinha ser da mesma família, Dom Luiz se adianta e, antes que o vigário lhe dê o nome costumeiro de Maria ou da santa do dia, vem-lhe à cabeça a lembrança de outro, que escutara uma vez e achou bonito: [...] Ela vai se chamar Damiana, e vai ter meu sobrenome. Damiana da Cunha. E o menino Manoel, Manoel da Cunha. Serão meus afilhados (SILVEIRA, 2006, p.27).

Os nomes e os sobrenomes das duas crianças foram dados pelo governador, padrinho de ambos, na ocasião dos batismos na igreja Católica, no mesmo dia que chegaram à Vila Boa. O governador, bom observador, já tinha percebido que aquelas duas crianças eram parentes dos líderes indígenas, como demonstra a história: “Damiana era neta do chefe Angraiochá e de sua mulher Xuinequá, sendo ela uma criança quando seu grupo foi aldeado em 1781” (GIRALDINI, 1997, p. 99). Este dado é importante na medida do diálogo entre a ficção e a história, em uma tentativa de entendermos por meio do romance histórico a história de Goiás e das pessoas que dela fizeram parte.

Damiana da Cunha Menezes que foi criada no palácio pelo então governador Dom Luiz, como afilhada, permanecendo como uma ponte entre os brancos e os Cayapós por mais de cinquenta anos, na tentativa de apaziguar o conflito entre esses dois povos.

É possível deduzir que para se conhecer fatos ou personagens históricos basta recorrer aos documentos oficiais ou a uma literatura específica. No entanto, neste caso singular de Damiana da Cunha Menezes, esses recursos até o momento são parcos na historiografia e, portanto, este diálogo é relevante para que possamos abstrair dele a relação entre a ficção e a história no que se refere à Damiana da Cunha.

Ficcionalmente, a personagem Damiana e sua trajetória são construídas desde a infância até a fase adulta quando acontece a sua morte. Desta forma, tentaremos fazer um diálogo entre a literatura e a história para que possamos compreender algumas características da personagem Damiana da Cunha, que estão presentes tanto no contexto fabular quanto nas poucas informações encontradas nas narrativas de viagem de Saint-Hilaire (1975).

Na narrativa, a personagem Damiana é caracterizada mesmo ainda criança, por uma grande capacidade de observar e comparar:

Desde o momento que entrou com seu povo naquela grande praça, a menina nunca soube, mesmo já adulta, que sentimento encheu mais seus olhos brilhando como pequenas estrelas negras, e seu pequeno coração: se a total admiração pela incompreensível maravilha de tudo que estava vendo daquele estranho povo branco, ou o incontestável orgulho de ser parte do povo que ali chegava e era recebido com tanta imponência (SILVEIRA, 2006, p. 26).

No romance analisado, a narrativa demonstra que a identidade territorial da personagem Damiana tenha sido construída sobre os pilares do sentimento de pertencimento ao seu povo e ao lugar: “ali em sua aldeia todos os olhos se movem junto com ela. Todos a amam. Todos fazem uma festa permanente para suas coisas. Todos riem com ela – não dela – o tempo todo” (SILVEIRA, 2006, p. 87).

Percebe-se Damiana integrada à sua comunidade. O aspecto positivo da convivência, uma integração mútua, caracterizada pelo sentimento coletivo de amor à natureza. As jornadas no início da estação seca, por exemplo, depois do plantio, é um tempo bom. É tempo de muitas danças ao redor da fogueira à noite. De celebração do mundo que amam. “Eles amam a vida, amam a terra, amam o Cerrado que conhecem profundamente.” (SILVEIRA, 2006, p. 87).

Giraldini (1997) esclarece em sua pesquisa que Damiana teve grande influência sobre seu povo e que por isso, teve um papel muito importante na mediação entre os Cayapó e os não indígenas, principalmente no que diz às suas expedições para o sertão em busca de indígenas, para convencê-los a aceitarem os aldeamentos como uma forma mais segura e melhor de se viver. No romance, a personagem Damiana representa o fato histórico explicando para os seus iguais o motivo de suas expedições:

*Peço licença, meu povo, que agora vou falar para os homens, para as mulheres e para as crianças.  
Amanhã, antes do sol nascer, vou partir em uma grande jornada. Ficarei muito tempo fora. Vou sozinha. Teseya e meu irmão ficarão aqui cuidando de vocês. Vou buscar nossos parentes. Estamos tristes aqui e enfraquecidos, porque somos poucos. Demasiado poucos. É preciso que nossos parentes venham morar conosco. Que juntos descubramos a maneira boa e verdadeira de viver feliz e em paz. (SILVEIRA, 2006, p. 149, Grifos da autora).*

Na narrativa, percebe-se o drama da protagonista Damiana ao partir para as expedições em busca do seu povo para que vivessem nos aldeamentos propostos pelo governo: inicialmente em Maria I, depois em São José de Mossâmedes.

De acordo com Giral dini (1997), Damiana realizou cinco expedições na seguinte sequência cronológica: a primeira em 1808, trazendo consigo setenta indígenas para o aldeamento. A segunda, em 1819, trouxe o mesmo número de indígenas para o aldeamento de São José de Mossâmedes. A terceira, em 1821, trinta e cinco índios a acompanharam. A quarta foi realizada em 1827, trazendo para o aldeamento cem pessoas do povo Cayapó. Em 1830, Damiana adentrou novamente o sertão, porém, desta vez adoeceu durante a expedição não retornando com nenhum indígena.

Saint-Hilaire (1975) informa que, em 1781, foi construído pelo governador geral Dom Luiz da Cunha Menezes o primeiro aldeamento com o nome de Maria I, em homenagem à rainha de Portugal. Neste aldeamento, estiveram, neste período, aproximadamente seiscentos guerreiros Cayapó. Para aproximar do número de indígenas em Maria I, Giral din (1997, p.95) calcula seis pessoas para cada guerreiro, perfazendo um total de aproximadamente “2400 Cayapó vivendo inicialmente em Maria I”.

Aldear significava limitar os indígenas com falsas promessas de segurança e vida melhor, em territórios determinados pelos colonizadores. Os batizados católicos faziam parte do processo de adaptação dos indígenas nesses aldeamentos, o que pode ser interpretado como uma visível manifestação de etnocentrismo imposta pela hegemonia.

De acordo com Suelen Siqueira Júlio (2015), a historiografia já mencionava os aldeamentos como parte do projeto colonial desde o século XVI, com objetivo de

“domesticar” os indígenas para que o processo de colonização avançasse no interior do Brasil, principalmente com a extração de ouro e pedras preciosas.

Com a descoberta das minas de ouro, ocorridas em Goiás por volta de 1722, ocorreu uma migração colonial acelerada para a região, fato já anteriormente verificado em Minas Gerais (1693) e Cuiabá (1718). Os primeiros garimpos localizavam-se nas margens do Rio Vermelho, originando a fundação de Vila Boa, atual Cidade de Goiás. Neste processo de invasão do território, desapareceu rapidamente o grupo Goiá, da família Jê, antigos habitantes da região. (GIRALDIN, 1997, p. 31).

Assim, nos aldeamentos, os indígenas não eram mais comandados por seus chefes e sim por militares pertencentes à Corporação de Vila Boa. Esses militares tinham autorização para punir homens, mulheres e crianças indígenas. Os castigos eram aplicados de acordo com a falta cometida, com uso de palmatórias e outros instrumentos de tortura física. No romance analisado, estas ações violentas são questionadas pelo próprio naturalista francês Saint-Hilaire quando esteve com o governador da província Dom Donato: “O único defeito que parecem ter esses Cayapós é a propensão em fugir para as matas. Mas se não tivessem motivo de queixa quanto ao tratamento que recebem, não desejariam voltar a seu antigo modo de vida” (SILVEIRA, 2006, p. 176).

O que aponta a historiografia é que Damiana deixou o naturalista impressionado com seu poder de liderança sobre seu povo e a facilidade com a qual transitava entre dois povos e suas culturas adversas e rivais.

Antes de deixar S. José fui visitar, em companhia do cabo-comandante, a pessoa que merecia a mais alta consideração dos Coiapós em toda aldeia. Tratava-se de uma mulher de sua tribo chamada Dona Damiana, neta de um cacique e viúva de um sargento dos pedestres ao qual o governo da aldeia estivera entregue durante muitos anos. D. Damiana falava corretamente o português. Era amável e jovial, e tinha uma fisionomia aberta e inteligente. Confirmou o que já me tinha dito por outros Coiapós, ou seja, que o seu povo vive em estado selvagem e não tem nenhuma ideia de Deus. Era intenção de D. Damiana ir à procura dos Coiapós da aldeia que tinham fugido para a mata e ao mesmo tempo, trazer, ao voltar, um bom número de seus compatriotas ainda selvagens (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 72).

As expedições e todas as tentativas de salvar seu povo tiveram uma repercussão muito grande na vida de Damiana no sentido histórico. Sua interessante biografia não menciona alguns dados pessoais. Existem inferências quanto à sua data de nascimento, seu nome na tribo e outros dados da sua família.

Ao que parece, pode-se considerar, até o momento, que 1781 é uma data de seu “nascimento simbólico” para a história do Brasil e especialmente para a história de Goiás, ou seja, pouco se sabe sobre a sua história pessoal antes do seu contato com os não indígenas. Neste sentido, é possível identificar outro interstício entre a ficção e a história uma vez que o romance não alude a este aspecto. No romance, a história de Damiana começa justamente com sua chegada e de seus parentes à Vila Boa, hoje Cidade de Goiás.

À Damiana é atribuída a seguinte frase: “o respeito que eles me têm é grande demais para que não façam o que eu mandar”. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 72). Com estas palavras, Damiana da Cunha se reconhece como líder estimada de seu povo. No entanto, as expedições de Damiana podem ser questionadas no sentido de sua concordância com a política pombalina de integrar os indígenas à sociedade colonial. Esta “integração” trazia consigo uma intenção violenta de aculturação, como já dissemos anteriormente, com a imposição da religião católica e da língua portuguesa além de outras obrigаторiedades.

O romance, por meio de sua protagonista, permite-nos redesenhar a história de Damiana na dimensão das fragilidades, acertos e erros que permeiam a condição humana. Além disso, a partir do contexto ficcional, realinhamos nossas questões subjetivas que são reais, no sentido de reavaliarmos como certas ou erradas nossas decisões pessoais que refletem no coletivo, a partir do lugar que tomamos tais decisões.

Outra questão que se pode problematizar e que está presente na relação entre a ficção e a história, diz respeito ao poder que foi atribuído à Damiana da Cunha, pelos dois povos. Em sentido figurado e usando uma metáfora, podemos dizer que houve uma triangulação nas relações de Damiana com os diferentes povos, em seus diferentes lugares de enunciação dos discursos “selvagem” e “civilizado”. No entanto, esta explicação não contempla os questionamentos que ainda podem ser elaborados sobre a fonte da qual emanou o poder e a autoridade de Damiana em ter credibilidade e conviver pacificamente com dois povos rivais.

O dado familiar mais próximo do núcleo familiar de Damiana da Cunha diz respeito ao seu irmão o Cayapó Manuel da Cunha cuja preocupação era oposta à de Damiana, ou seja, Manuel da Cunha incentivava a fuga de seus iguais até o esvaziamento quase que por completo do aldeamento São José de Mossâmedes “sendo extinto, oficialmente em 1879” (GIRLADINI, 1997, p. 100).

Embora saibamos diferenciar dados históricos e etnográficos da ficção, é nesta que encontramos incentivos para pesquisas e reflexões porque identificamos com suas indeterminações e possibilidades. Tentamos um equilíbrio, com um “pé na história e outro na fantasia”, pois, afinal, não temos tanta certeza assim, nem de um, nem de outro.

Nos dados oficiais, Damiana da Cunha faleceu em 1831, logo após voltar da sua quinta expedição sem trazer consigo nenhum indígena. Após sua morte, “começa a ocorrer uma fuga crescente dos Cayapó que ainda viviam em São José de Mossâmedes” (GIRLADINI, 1997, p. 99).

### **3.3 (Des) Encontros entre história e ficção**

Segundo o romance analisado, Damiana da Cunha Menezes, a índia educada na cultura não indígena, respeitada por ambos os povos, conhecia e dominava os diferentes e contraditórios códigos culturais. Damiana usou esses atributos como condição favorável para tentar salvar seu povo do extermínio causado pela fome, pelas doenças ou pela violência promovida por ambos os lados.

A índia perpetuou-se na historiografia em função da realidade de sua existência e na Literatura, como contigência da ficção. Em ambos os campos: real ou ficcional, a pessoa ou a personagem Damiana continua despertando interesse em escritores e pesquisadores que almejam dar a conhecer uma parte, sem dúvida, nebulosa e reticente da história do Brasil e especificamente da história de Goiás.

Neste sentido, Damiana fugiu à regra das denominações pejorativas atribuídas pelos colonizadores à figura da “índia brasileira”. De acordo com Júlio (2013), a partir da década de 1980, a historiografia nacional, assim como as pesquisas acadêmicas, tem mudado o foco em relação à visibilidade de pessoas ou grupos tradicionalmente menos valorizados pela elite dominante. Esta mudança favorece, de forma justa, o (re) conhecimento de sujeitos históricos em seus diferentes culturas, espaços e tempos.

A chegada de um grupo de índios à cidade de Vila Boa de Goiás, no final do século XVIII, dá início à narrativa de Silveira (2006). Esse contato inédito entre os dois povos rivais fazia parte dos planos do então governador da província Dom Luiz da Cunha Menezes, que intencionava aldear pacificamente os povos indígenas, especialmente a etnia Cayapó que se destacava por sua valentia e resistência ao processo de colonização.

A palavra colonização, segundo Bosi (1992, p.15), deriva do verbo latino *colo* que significa “ocupar um novo chão, explorar seus bens, submeter os seus naturais”. Considerando este entendimento, é possível perceber por meio da personagem Dom Luiz da Cunha Menezes, o governador da capitania de Goiás, quais eram as suas intenções ao propor a aproximação com a etnia Cayapó do Sul.

Fazia parte dos planos de Cunha Menezes ser promovido em seu cargo e, sobretudo, ser reconhecido como um estrategista valente que conseguiu resolver os frequentes e sangrentos conflitos entre seu povo e os indígenas. Além disso, se fosse exitosa a sua façanha, era possível partir de Vila Boa, província pela qual ele, o governador, não tinha a menor simpatia, por ser isolada de outras capitanias e pela proximidade com várias etnias, sendo os Cayapó do Sul uma das mais temíveis pela valentia e a forma violenta que guerreavam.

Desde que chegara a esta Vila de fim de mundo, três anos atrás, aguardava esta manhã. Era sua bela vitória. Seu grande feito. Seu, queira o bom Deus! Passaporte para sair dali. Para isso viera, entre outras coisas: para dominar e vencer os belicosos índios da nação Cayapó. Se não conseguira muito mais naqueles anos de desconforto e frustrações nesse lugar esquecido de Deus, e certamente também do Diabo, porque nem o Diabo, se pudesse, escolheria viver naqueles cafundós, pelo menos isso ele conseguiria: pacificar os selvagens. (SILVEIRA, 2006, p. 16).

A intenção de Cunha Menezes era subjugar os indígenas para que os mesmos percebessem quem era “o grande capitão, nome que os índios dão ao chefe supremo” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.63). Exibir o seu poder bélico também era um recurso para impressionar e intimidar o povo indígena e assim facilitar o processo de aldeamento. Segundo Coelho (2016), o aldeamento da etnia Cayapó do Sul aconteceu na década de 1780, porém outras etnias já haviam sido aldeadas

anteriormente em São José de Mossâmedes<sup>10</sup>, como consequência da política indigenista pombalina que tinha como objetivo civilizar a população indígena:

E se Mossâmedes, no seu auge, chegou a ter milhares de habitantes entre tribos de Acroá, Xacriabá, Javaé e Karajá, seus habitantes nunca foram nem estáveis nem produtivos e muito menos felizes. Os índios iam conhecer o aldeamento, ali moravam algum tempo, e logo concluíam que não desejavam permanecer. Não queriam imposição da civilização que significava, para eles, mudança forçada de seu estilo de vida, exploração de sua mão-de-obra, cerceamento de sua liberdade. E fugiam. Ou morriam com as doenças dos brancos. Foi assim que os milhares que ali estiveram em algum momento acabaram tendo de ser substituídos pelos Cayapós de Maria I<sup>11</sup> agora contrafeitos e convalescentes recém-chegados. (SILVEIRA, 2006, p. 143).

Outro foco da política pombalina de acordo com Maxwell (1996) era explorar ao máximo as riquezas do Brasil colônia para atender as demandas da Coroa Portuguesa. Neste sentido, o processo de colonização avançava com a ocupação pastoril e a mineração voltada para a extração de ouro e pedras preciosas até o completo esgotamento dessas riquezas. Na ficção, este fato histórico é narrado conforme a percepção do personagem Cunha Menezes:

Desde o dia em que pôs o pé ali, percebera que a mineração estava nos seus estertores. E teria sido um milagre se não estivesse, pois tudo que foi feito na região desde o princípio foi errado. Não dava mais para consertar. As autoridades já tinham se dado conta de que as minas se esgotaram precocemente pela maneira como os aluviões foram explorados no início. O ouro, fácil demais, estava depositado como um presente nos cascalhos das beiras dos rios, bem à mão dos primeiros que chegavam [...] (SILVEIRA, 2006, p. 16).

Estes aspectos descritos no romance apontam para o que Bosi (1992 p.15) afirma sobre o processo de colonização “um projeto totalizante”. O fragmento do texto mostra como os colonizadores não se importavam com a preservação dos

<sup>10</sup> O nome do aldeamento foi uma homenagem ao capitão-mor José de Almeida Carvalho, Barão de Mossâmedes, que ocupava cargo de confiança na administração do Marquês de Pombal.

<sup>11</sup> Segundo Saint-Hilaire (1975) o aldeamento Maria I foi construído em 1781, ficava distante 11 léguas da Capital Vila Boa e chegou a abrigar 600 índios Cayapó.

recursos naturais e muito menos com as questões ambientais do território que exploravam. Esta prática de exploração dos recursos naturais além de acelerar escassez do ouro promoveu o deslocamento de algumas etnias:

Com a descoberta das minas de ouro, ocorridas em Goiás por volta de 1722, ocorreu uma migração colonial acelerada para a região, fato já anteriormente verificado em Minas Gerais (1693) e Cuiabá (1718). Os primeiros garimpos localizavam-se nas margens do Rio Vermelho, originando a fundação de Vila Boa, atual Cidade de Goiás. Neste processo de invasão do território, desapareceu rapidamente o grupo Goiá, da família Jê, antigos habitantes da região. (GIRALDIN, 1997, p.31).

Para que o processo de colonização avançasse, era preciso minimizar as reações e as resistências de várias etnias presentes nos territórios colonizados e uma estratégia para resolver essa questão foi a criação dos aldeamentos.

No caso do romance, o personagem Cunha Menezes demonstra perspicácia para convencer os cayapós a aproximarem-se dos não indígenas, demonstrando poder pela exibição das artilharias e do canhão. “O velho Romexi e sua comitiva, com suas plumas e pinturas coloridas, bordunas e arco e flecha, olharam tudo aquilo com encantada admiração e profundo respeito” (SILVEIRA, 2006, p. 20).

Foi com intuito de fortalecer a estratégia de aproximação que Cunha Menezes organizou uma bem-sucedida e demorada expedição comandada pelo soldado José Luiz Pereira, que conhecia os costumes indígenas e também a forma de persuadi-los com presentes e falsas promessas de proteção:

Cinco meses depois teve primeira e alvissareira satisfação de ver o soldado chegar com um grupo de 36 índios, persuadidos a virem conhecê-lo, a ele, o governador, o Grande Capitão. O grupo veio com um velho cacique, de nome Romexi, enviado como representante do cacique principal dos Cayapó, de nome Angraíocha, para verificar se eram verdadeiras as promessas do soldado Pereira. (SILVEIRA, 2006, p. 19).

Este pequeno grupo de indígenas, suficientemente persuadido pelas manobras de convencimento do governador, voltou à sua aldeia para levar presentes que havia ganhado e convencer seus iguais a aceitar a condição de aldeamento em São José de Mossâmedes.

De acordo com Silveira (2006), a estratégia teve o resultado esperado por Cunha Menezes, pois o chefe Angraíocha adentrou Vila Boa com aproximadamente duzentos e cinquenta pessoas dentre as quais havia homens mulheres e crianças com trajes e adornos que distinguiam os Cayapó de outras etnias:

São guerreiros reluzindo vermelhos, pintados com riscas azuladas, amarelas e brancas. Nos cabelos braços e pernas, as plumas coloridas dos pássaros do Cerrado. Nas costas, aljavas repletas de flechas; nas mãos e ombros, os arcos enormes e as temíveis bordunas em cujo manuseio eram mestres. Por baixo da pintura feérica, a pele avermelhada, e os cabelos negros, duros, volumosos, chegando até o ombro, cabelos queimados à altura das sobrancelhas com carvão aceso, o rosto redondo e largo, olhos pequenos e escuros, narizes achatados, lábios grossos, dentes alvíssimos e completos. Nas orelhas e nos lábios inferiores perfurados os adornos de madeiras típicos da nação Cayapó. (SILVEIRA, 2006, p. 24).

Neste fragmento da narrativa, é possível identificar, pela descrição do narrador, a imponente e temerosa visão que o grupo de indígenas causava nos habitantes de Vila Boa e assinalar no contexto fabular a diversidade cultural e suas representações. Para os Cayapós, a plumagem é a marca do poder e da bravura (MANO, 2012). Para os não indígenas, as roupas de gala usadas pelo governador, os uniformes e as armas dos soldados é que faziam, dentro daquela cultura, a comunicação do poder e as respectivas posições sociais das pessoas dentro do mesmo grupo. Os indígenas mostravam em seus corpos as cicatrizes da escarificação, outra marca cultural, que os identificavam como Cayapó.

De acordo com o narrador do romance, escarificar era provocar uma espécie de sangria, prática comum e necessária à saúde entre os indígenas e repulsiva para os não indígenas. “O sangue é uma substância perigosa do qual o corpo exige uma medida precisa. Se há falta, a pessoa fica fraca, doente. Se há excesso, pode ficar lenta e sem ânimo”. (SILVEIRA, 2006, p.197).

Segundo Laraia (2004), os costumes se enraízam nas pessoas de tal forma que elas se convencem de que os seus costumes são melhores do que os dos outros. Além disso, a cultura diversifica a humanidade, embora biologicamente exista uma unidade. O fragmento do texto acima exemplifica como a diversidade de culturas, conduz a uma diversidade de práticas que podem parecer abomináveis em outras sociedades.

No romance analisado, é possível perceber que os povos indígenas e não indígenas tinham concepções antagônicas sobre a natureza e aquilo que dela emanava. Os primeiros aprenderam a respeitar seus territórios e estabeleciam com eles e a natureza de modo geral, uma relação de dependência permeada por sentimentos afetivos e religiosos. “Os Panará amam a natureza.” (SILVEIRA, 2006, p.210). Os segundos consideravam o mesmo território apenas como uma oportunidade de exploração imediata e desmensurada de suas riquezas, ou seja, interesses individuais ou coletivos puramente econômicos e financeiros.

Amar a natureza é uma aprendizagem. Neste sentido, pode-se recorrer ao conceito de endoculturação apontado por Laraia (2004) como um processo cultural que envolve de forma sistematizada ou não, a aprendizagem de padrões de comportamentos típicos de cada sociedade humana. Assim, a cultura não pode ser concebida como inata ao sujeito; ela se constrói com a história das pessoas em suas convivências. De acordo com o romance, os Cayapós aprenderam de forma assistemática, ou seja, com a experiência da convivência cotidiana com o grupo e com as sucessivas gerações, a conhecer, respeitar e amar a natureza. “E foi justamente no território tradicional dos Cayapós que descobriram as minas de diamante e ouro.” (SILVEIRA, 2006, p. 38).

No romance analisado, Damiana inseriu-se na cultura dos não indígenas, aprendeu a língua e a doutrina católica, participou e apreciou os cultos religiosos com o intuito de descobrir o segredo daquele povo que não era o seu, do poder que deles emanava, porque esta era a missão que lhe foi secretamente confiada por Romexi, o velho cacique: “Abrir seus olhos e seus ouvidos de panará e ver e escutar o que fazia e como fazia o homem branco” (SILVEIRA, 2006, p. 49).

A invasão, a permanência de colonos e a exploração dos territórios indígenas são apontadas no romance como o grande drama daquele povo. Esses três fatores conjugados geraram para a etnia Cayapó outras circunstâncias como as doenças, a violência dos embates e o aldeamento como única possibilidade de sobrevivência. A disseminação de doenças exemplifica a violência permeada neste enfrentamento de mundos.

Os portugueses transmitiram doenças venéreas aos Caiapós. Como estes não têm meios de se tratar, tudo indica que essas doenças irão contribuir para o seu extermínio. [...] Quase todos foram atacados

pelo sarampo há alguns anos, e no delírio da febre iam banha-se na água fria. Morreram mais de oitenta (SAINT-HILAIRE, 1975, p.69).

Em *Guerra no coração do Cerrado*, há uma passagem que também sublinha literariamente a disseminação de doenças entre os cayapós. Conforme o narrador, certo dia, chega ao aldeamento um grupo de homens com roupas para presentear os cayapós. Eles se alegram, escolhem as que acham bonitas, de diversas cores. Poucos dias depois, seus corpos incendeiam de manchas. Na roupa presenteada, a morte aguardava o contato com o corpo dos indígenas.

Poucos dias depois, duas velhas sentem a pele arder. Dores no corpo e na garganta. Prostração. Manchas vermelhas aparecem, e coçam. Logo depois, a mesma coisa em uma jovem. E outra. A febre e as bolhas vermelhas da varíola se alastram entre os índios. As mortes começam a acontecer. Uma, duas, cinco. Dezenas. Homens, mulheres, crianças. O aldeamento se transforma em um grande lamento fúnebre, uma clareira de sofrimento no meio do mato, infestada pela epidemia e pelos gritos profundos das mulheres, os enterros, os soluços convulsivos. Huá! Huá! Huá! As roupas contaminadas da morte vestem de luto a aldeia Maria Primeira. A verdadeira cor do presente de roupas é a cor preta do sofrimento. Durante meses, o quadro de desolação é terrível. Huá! Huá! Huá! (SILVEIRA, 2006, p.139).

Diante de tudo isso, Damiana se entristecia e ao caminhar no Cerrado, deparava-se com aldeias nas quais seu povo ainda dançava e cantava, esperava ingenuamente levar essa alegria para o aldeamento de Mossâmedes. “Pobre Damiana, é isso que ela pensa: que pode levar essa alegria e esse orgulho para o aldeamento. Que é um dom inato de seu povo, que, se os que moram em Mossâmedes o perderem, talvez seja possível recuperá-lo pelo contato com quem ainda não o perdeu” (SILVEIRA, 2006, p.156).

De acordo com Júlio (2015), Damiana liderou e conduziu diversas expedições pelo interior do Cerrado, em busca de contato com cayapós que haviam fugido ou eram resistentes aos aldeamentos. Exerceu papéis diferentes conforme a necessidade que ela identificava em algum momento, pois com a mesma naturalidade que estava inserida na cultura do não indígena, cumprindo regras sociais e religiosas, também adentrava nua nas matas como qualquer Cayapó, nas expedições que liderava para convencer outros índios a aceitarem o aldeamento.

O romance exalta o sentimento de pertencimento da personagem Damiana, em relação ao seu povo e ao lugar: “ali em sua aldeia todos os olhos se movem junto com ela. Todos a amam. Todos fazem uma festa permanente para suas coisas. Todos riem com ela – não dela – o tempo todo” (SILVEIRA, 2006, p. 87).

Assim, é possível compreender as razões pelas quais os indígenas defenderam com tanta determinação o Cerrado como seus lugares, pois era o território carregado de significados afetivos e pragmáticos que envolvia a vida no sentido de sua subsistência e a compreensão da morte, quando acreditavam na existência dos espíritos dos antepassados.

No romance, os sentimentos de pertencimento são também evidenciados no aspecto mítico, tanto na dimensão individual quanto coletiva, com o entendimento dos personagens que no mesmo território que estavam os vivos, residiam também os sábios espíritos de seus ancestrais: “Um dia haverá que os espíritos dos nossos antepassados nos iluminarão então saberemos como agir” (SILVEIRA, 2006, p. 105).

De acordo com o enredo da narrativa, os Cayapós defendiam o Cerrado como lugar de suas experiências existenciais, dotado de valores sentimental e espiritual porque ali viveram seus ancestrais. “Na verdade, tudo ali é muito mais que milenar, é da ancestralidade primeira da vida, mas isso nem Romexi sabe” (SILVEIRA, 2006, p. 90).

Esses valores e crenças foram aprendidos e repetidos por sucessivas gerações, solidificando a cultura daquele povo. Outros aspectos culturais marcantes segundo Giralduin (1997) é a vingança como uma forma de compensar mortes ou perdas e a forma dos ataques: os Cayapós usavam bordunas, uma espécie de martelo com o qual atingiam a cabeça do inimigo, não importava se fosse homem, mulher ou criança. Em seguida, ateavam fogo no local ou nas vítimas e fugiam. Neste sentido, é possível compreender na narrativa uma descrição de um dos ataques dos colonizadores a uma aldeia repetindo o mesmo padrão de violência utilizado pelo povo Cayapó:

[Damiana] tinha passado por muitas aldeias arrasadas, mas era diferente. Nunca chegara logo depois de um ataque, como agora; só bem mais tarde quando a ruína já parecia fazer parte da natureza em volta. Quando, mais do que atacadas, era como se tivessem sido abandonadas ou arrasadas por algum evento natural, como uma

tempestade de raios. Jamais vira nem de longe nada nem de longe parecido com o que está vendo agora. Jamais chegara, como dessa vez, no mesmo dia do ataque, quando cheiro de sangue, fogo, dor e morte ainda contamina o ar. E quando os copos de seus parentes, homens mulheres e crianças, ainda estão espalhados, deitados em seu sono antinatural no chão crestado da aldeia no cerrado. Dessa vez, chegara muito tarde. Ou demasiado cedo. (SILVEIRA, 2006, p. 246).

Embora o enredo do romance estudado tenha como referência temporal o século XVIII, é possível entender a relação de poder imposta aos indígenas com seus territórios de origem a partir de teorias e conceitos atuais, que discutem a relação do sujeito com a cultura:

[...] espaços sociais onde as culturas díspares se encontram, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em uma relação extremamente assimétrica de dominação e subordinação como o colonialismo, o escravagismo, ou os seus sucedâneos ora praticados em todo mundo. (PRATT, 1999, p. 27).

No caso do romance *Guerra no coração do Cerrado*, esta disparidade e a tendência a dominação são aspectos culturais importantes que tecem o enredo e denunciam de maneira fabular um fato histórico.

Também, dentro do campo cultural, a narrativa, mostra pela visão da personagem Damiana aspectos da religiosidade do povo Cayapó: “Damiana precisa meditar, refletir. Decide ir ao santuário dos antepassados” (SILVEIRA, 2006, p. 148). Na ficção, a religiosidade do povo Cayapó encontra eco na exuberância do Cerrado no Planalto Central do Brasil, com suas águas, fauna e flora e os lugares que o povo Cayapó considerava sagrados.

Segundo Mircea Eliade (1992, p. 17), “para o homem religioso o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes de outras”, ou seja, a sacralidade ou a relação do sujeito com o sagrado manifesta-se por meio de diferentes culturas e percepções. Na concepção de Eliade (1992), entende-se por homem religioso aquele que admite um sentido transcendente para sua existência. No romance analisado (SILVEIRA, 2006), a natureza e a exuberância do Cerrado constituíam o espaço sagrado para o povo Cayapó. Desta forma, a invasão de seus territórios pelos colonizadores significou também a violação de suas crenças.

No final do romance, a personagem Damiana avalia o resultado de um recente conflito ao deparar-se com morte de pessoas e a aniquilação das aldeias. Recorda-se de como era aquele espaço sem a presença dos colonizadores e constata a ação devastadora da ocupação de seu território pelos não indígenas:

Atravessa uma pequena floresta, e seu coração de repente se fecha quando seus olhos caem sobre os destroços de uma roça recentemente queimada. Cinzas pretas e tocos carbonizados onde não devia ter restolhos de queimada e sim flores e o verde da plantação. Ergue a cabeça e vê bandos de urubus revoando ao longe. Muitos. Quando, por fim, divisa a aldeia e vê fumacinhas pretas ainda saindo dos montes de cinzas negras espalhadas por onde deviam estar as choças, seu coração já carregado de pressentimentos como quem dá uma cambalhota e para. Para ali, naquele milésimo de segundo em que foi e veio no mesmo ritmo a vida inteira; ali, agora, naquela mínima fração de tempo, o velho ritmo se quebra e seu coração para no meio do salto como se pensasse, se refletisse, se decidisse naquele instante infinitesimal se valia mesmo a pena voltar para ver o que estava prestes a ver. A aldeia morta. (SILVEIRA, 2006, p. 245).

Segundo Mano (2012), a guerra entre o povo Cayapó e os não indígenas foi uma das mais violentas das Américas coloniais. No entanto, as características de bravos guerreiros e até mesmo o fato de pilhar objetos dos inimigos depois de matá-los podem ser explicadas na perspectiva uma estrutura cultural, uma vez que o povo Cayapó atualizou em pleno século XVIII, ao ter contato com os não Cayapó, as figuras mitológicas de sua cultura. Ou seja, os não Cayapó representavam essas figuras e, portanto, além de serem combatidos teriam seus fascinantes objetos pilhados.

Neste sentido, ainda em Mano (2012) as gestas ou narrativas mitológicas, constituem elementos fundamentais e estruturantes para a cultura Cayapó. Em suas representações incentivavam o combate, a violência, a predação e a selvageria, sempre dirigidas aos não Cayapó. Por isso, homens, mulheres e crianças, eram igualmente combatidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada palavra que se estabelece entre mim e o mundo, entre mim e os outros, já nasce sobrecarregada de sentidos secretos, duplicidades estranhas, opacidades vazias, intenções estrangeiras.

(Cristovão Tezza)

Ao longo deste estudo, muitas aprendizagens e reflexões ocorreram e contribuíram com a escritura desta dissertação. As aprendizagens foram relativas à própria trajetória da pesquisa bibliográfica que me conduziram a diferentes campos científicos. As reflexões emergiram, da conexão entre a Literatura e outras disciplinas, possibilitando a compreensão da história de Goiás em seus tempos primórdios.

A pergunta central que guiou a análise foi respondida ao constatarmos que a Literatura é uma grande aliada para o entendimento de processos históricos, da história dos povos e de seus territórios. Acrescida a esta constatação, outra de fundamental importância diz respeito à releitura dos fatos e personagens pela ótica criativa da escritora Maria José Silveira.

Os resultados exitosos da análise do romance *Guerra no coração do Cerrado* (2006) foram frutos da pesquisa bibliográfica, da reflexão, da discussão e do diálogo interdisciplinar entre a Literatura, a História, a Geografia e a Antropologia.

Por ser um romance histórico, a autora fez uma detalhada pesquisa sobre a guerra entre indígenas e não indígenas no Cerrado goiano e apresentou sua versão fictícia deste fato histórico.

A trama é tecida em torno do povo Cayapó ao qual pertencia Damiana da Cunha, a protagonista da narrativa. Pela linguagem literária, Damiana, pode ser interpretada como a metáfora da impossibilidade de convivência entre indígenas e não indígenas.

Na historiografia, Damiana da Cunha foi mediadora entre seu povo e os colonizadores portugueses por mais de cinquenta anos. Durante este tempo, ela chefiou expedições ao interior do sertão com objetivo de convencer seus iguais a aderir ao aldeamento. Por esta cooperação com a Coroa portuguesa, em aldear os indígenas, Damiana ocupou um lugar de respeito na visão colonizadora.

O romance, no entanto, desfaz esta visão e constrói a personagem Damiana sensibilizada com o sofrimento do seu povo, tentando salvar sua gente do domínio e da violência dos colonizadores, até perceber que todos os esforços em mediar a paz entre os dois povos seriam inúteis, pois esta convivência harmoniosa entre eles seria impossível.

A violência e a guerra são elementos centrais da narrativa. A guerra como representação da resistência de um povo ao aniquilamento de sua cultura e a violência como a relação de poder presente em todo processo colonizador.

A narrativa apresenta um território ficcional invadido e disputado por diferentes grupos em busca de riquezas. Esta versão fabular reflete a realidade contemporânea do bioma Cerrado com seus desafios contemporâneos de sobreviver, a despeito dos impactos ambientais sofridos em função dos interesses econômicos de diferentes segmentos.

Neste sentido, constatamos que o Cerrado continua sendo um território em disputa, seja por seu espaço, por sua natureza, pelo solo ou por outros atributos.

O que se buscou nesta dissertação foi problematizar temas apreendidos do romance, para serem discutidos em uma perspectiva contemporânea de entendimento dos acontecimentos históricos. Assim, tornou-se foco da análise: o romance histórico brasileiro, o grupo indígena Cayapó, a representação simbólica e literária da índia Damiana da Cunha e a colonização portuguesa no “coração” do Cerrado goiano.

Percebemos, por meio da análise do romance histórico *Guerra no coração do Cerrado*, que a colonização portuguesa deixou seu rastro de violência em terras brasileiras, com o deslocamento de diferentes grupos indígenas de seus territórios e a extinção de várias etnias.

Portanto, a literatura em seus diferentes gêneros, mantém viva a história e a memória de povos, permitindo que seus gritos sejam ecoados.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação em língua portuguesa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARISTÓTOLES. **Poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

ATAÍDES, Jézus Marco de. **Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central**. Goiânia: Ed. UCG, 1998.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 1994. Coleção Travessia do Século.

BARBOSA, Altair Sales. Ocupação Indígena no Sistema Biogeográfico do Cerrado. In: GOMES, H. (Coord.). **Universo do Cerrado**. Volume I. Goiânia: Editora UCG, 2008.

\_\_\_\_\_. Prefácio - **Cerrado: a dor fantasma**. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural**. Goiânia: Editora Vieira, 2005. pp.11-20.

\_\_\_\_\_. et.al. **O piar da Juriti Pepena: narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado**. Goiânia: Editora da PUC, 2014.

\_\_\_\_\_. **O discurso da história**. In: \_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. **Literatura e sociedade**. 8 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CASTRO, L.H.R. Definindo padrões espaciais de precipitação no Cerrado Brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Chuvos nos Cerrados: Análise e Espacialização**, ed. E. D. Assad, Brasília, DF: EMBRAPA-SPI, 1994.

CHAVES, Manoel Rodrigues. A dinâmica demográfica do Cerrado: o território goiano apropriado e cindindo. In: ----- GOMES, Horieste (Coord.). **Universo do Cerrado**. Volume II. Goiânia: Editora UCG, 2008.

ÉLIS, Bernardo. **Goiás em sol maior**. Goiânia: Poligráfica Indústria e Comércio Ltda., 1985.

\_\_\_\_\_. O mistério dos diamantes. In: ÉLIS, Bernardo. **Goiás em sol maior**. Goiânia: Poligráfica Indústria e Comércio Ltda., 1985. p.42-44.

\_\_\_\_\_. **Chegou o governador**. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESTEVES, Antônio R. **O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2010.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de uma interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

GIRALDIN, Odair **Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo jê no Brasil Central**. Campinas, UNICAMP, 1997.

GOMES, Horieste (Coord.). **Universo do Cerrado**. Vol. 1. Goiânia: Ed. UCG, 2008.  
\_\_\_\_\_. **Universo do Cerrado**. Vol. II. Goiânia: Ed. UCG, 2008.

GONÇALVES, Ricardo J. de A. F. **Narrativas da terra: a questão agrária em Goiás na literatura de Bernardo Élis**. **REVELLI**, v.10 n.2., p.339–357, 2018.

\_\_\_\_\_. **No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de mineração em Goiás**. 504f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2016.

GUERRA, Emerson, F. **Organização política e segurança alimentar na sociedade Krahô**. Dissertação (Dissertação de mestrado), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia (MG): 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. **Censo Demográfico dos Povos Indígenas no Brasil**, 2010.

JULIO, Suelen Siqueira. **Além do esperado: a trajetória da índia Damiana da Cunha (Goiás, c. 1780-1831)**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense, 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 21ed. Zahar: Rio de Janeiro, 2007.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo**. São Paulo: Ática, 1985.

LIMA, Luis Costa. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Selvia Carneiro. **Escritores indígenas e produção literária no Brasil: sujeitos em movimento.** Tese de doutoramento defendida no IESA/UFG: Goiânia, 2016.

LUKÁCS, Gyorgy. **O romance histórico.** Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MYERS. Mittermeier da Fonseca. **Biodiversity hotspots for conservation priorities.** Nature. [S. l.: s. n.], 2000.

MUNDURUKU, Daniel. **Dia do Índio é data 'folclórica e preconceituosa', diz escritor indígena Daniel Munduruku.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/19/dia-do-indio-e-data-folclorica-e-preconceituosa-diz-escriptor-indigena-daniel-munduruku.ghtml>>. Acesso em: 03/06/2020.

\_\_\_\_\_. **Literatura Indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade.** 2008. Disponível em: <[www.overmundo.com.br/overblog/literatura-indigena](http://www.overmundo.com.br/overblog/literatura-indigena)>. Acessado em 26/01/2010.

\_\_\_\_\_. Entrevista: Daniel Munduruku, literatura para desentortar o Brasil. **Crítica Cultural – Critic**, Palhoça, SC, v. 12, n. 1, p. 15-24, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). **Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Contra Capa. 1998.

PELÁ, Márcia, CASTILHO Denis (Org.). **Cerrado: perspectivas e olhares.** Goiânia, Viena, 2010.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara.** São Paulo: Global, 2004.

RAMOS, Alcita Rita. **Sociedades Indígenas.** São Paulo: Editora Ática, 1986. 13 – 23 p.

RELPH, Edward C. **Place and placelessness.** London: Pion, 1980.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIEDEL, Dirce Côrtes. (Org.). **Narrativa: ficção e história.** Rio de Janeiro: Imago, 1988.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem à província de Goiás.** Tradução de Regina Regis. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

SILVA, Lorraine Gomes da. **Singrar rios, morar em cavernas e furar Jatóka: ressignificações culturais, socioespaciais e espaços de aprendizagens da família**

Avá-Canoeiro do rio Tocantins. 331f. Tese (Doutorado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, IESA/UFG, Goiânia/GO, 2016

SILVEIRA, Maria José. **Guerra no coração do cerrado**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. **A personagem invisível**. Disponível em: <https://mariajosesilveira.wordpress.com/primeira-cronica-o-popular/>>. Acesso em: 03/06/2020.

STEVAM, Luís. **No Cerrado das tropas e boiadas (ensaio Histórico – Literário)**. In\_ Universo do Cerrado. Vol.II Goiânia: UCG, 2008.

TEIXEIRA, Dainy Ribeiro. **O sertão de Goiás na literatura de viagem**. Revista Mosaico, v. 6, n. 1, p. 95-105, 2013.

TEZZA, Cristovão. **O espírito da prosa: uma autobiografia literária**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.